

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - PRODER

RICARDO PIRES DE SÁ ESPÍNOLA

AGENDA 21 LOCAL E OS CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM
JUAZEIRO DO NORTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS
DA VIVÊNCIA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS

JUAZEIRO DO NORTE

RICARDO PIRES DE SÁ ESPÍNOLA

AGENDA 21 LOCAL E OS CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM JUAZEIRO DO NORTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA VIVÊNCIA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, da Universidade Federal do Cariri - UFCA, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha.

JUAZEIRO DO NORTE

RICARDO PIRES DE SÁ ESPÍNOLA

AGENDA 21 LOCAL E OS CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM JUAZEIRO DO NORTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA VIVÊNCIA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, da Universidade Federal do Cariri - UFCA, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

APROVADO E	M:/ 2014.
	BANCA EXAMINADORA
	Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha (Orientador) (Universidade Federal do Cariri - UFCA)
	Profa. Dr ^a . Francisca Laudeci Martins Souza (Universidade Federal do Carir - UFCA)
	Profa. Dr ^a . Iara Maria de Araújo

(Universidade Regional do Cariri – URCA)

À Deus, por permitir a realização deste documento, aos meus Pais, pelo amor incondicional e por todo o apoio e aos meus Filhos, fontes de grande inspiração e para quem procuro deixar um mundo melhor do que recebi.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais, pela minha vida, minha criação, educação e crítica apurada em relação à percepção de mundo e bem ao próximo. Agradeço ao meu Pai José Mario, por me ensinar a noção de ética, pelo exemplo de seu amor à natureza e pelo senso de humanidade, sendo ele tão humanista e à minha Mãe Ilma, por me ensinar a noção de moral, pela minha formação Cristã e o meu aprimoramento espiritual.

Aos meus maravilhosos filhos, fonte de inspiração e um grande estimulo em minha vida, Arielle (menininha do meu coração...), José Ricardo (meu super-herói) e José Rafael (filhotinho), crianças que me dão esperança de que o futuro será melhor, quando tiverem a oportunidade de melhorar o mundo em que vivem, que o façam com muito amor, pois faço o que faço pelo amor que tenho a vocês.

Aos meus Irmãos Henrique, que cresceu comigo e a ele devo bastante da minha Cultura e a Ana Laura, com seu senso de Justiça com os desfavorecidos.

À Ariana, pelo carinho, pelas maravilhosas conversas e críticas, por me ensinar a Questão Social e sua leitura do Capital, além das valiosas contribuições e Gabrielle, por me fazer acreditar que, se nos esforçarmos, sempre poderemos ser pessoas melhores.

À minha Avó Nair, minha Madrinha e aos meus Avós(In memoriam), pessoas simples e justas, pelos belíssimos exemplos de vida.

À Professora Suely Salgueiro Chacon, pelo carinho, pela confiança, por compartilhar conosco seus sonhos e sua visão de mundo, entre cafezinhos e ótimas aulas, e por nos ensinar a ver a esperança em tudo, enxergando a vida com outro olhar.

Ao Professor Eduardo Vivian da Cunha, por abraçar esse desafio de orientar esse voo que resultou nesta obra, por ótimas contribuições tanto na pesquisa quanto na condução dos resultados, pelas agradáveis conversas e por compartilhar a sua apurada noção de *Polis*.

Ao Professor Ricardo Luis Lange Ness, por seu carinho e atenção, pela confiança depositada, pelas inspiradoras conversas e pelo apoio.

À Professora Celme Torres, pelas contribuições e por aceitar o desafio de participar da banca examinadora.

À Professora Laudeci Martins, pelo carinho, pelas agradáveis conversas, por compartilhar a visão da nova economia humanizada e suas contribuições nesta obra, tendo aceitado o desafio de participar da banca examinadora.

À todos os Professores do PRODER, e em especial Verônica Salgueiro Nascimento e Valéria Gianella Alves, por suas contribuições, seus ensinamentos e lições de vida.

Ao Professor Roberto Ramos, por sua paciência, alegria e dedicação de transmitir seus conhecimentos na arte da docência, sendo ele um grande Mestre.

À Jôze Vieira Campos, fiel escudeira, por seu carinho, seu apoio, pelas conversas inspiradoras, por compartilhar sua noção de positividade e suas contribuições sem as quais esta obra não nasceria.

À David Marrom, pelas boas conversas, pela confiança depositada e pelas contribuições.

Aos meus queridos amigos e colegas da 2° turma do Mestrado do PRODER, Fabiana, Karla, Paulo, Juliana, Rebecca, Danyelle, Marcos Alan, Ângela, Guilherme, Fernanda, Maria Iderlânia, Jaqueline, João Neto e Valdécio, por seu carinho e suas contribuições.

Às queridas Polliana, Lúcia e Iza, minhas fadas madrinhas, pelo carinho, pelo apoio didático e moral, por toda ajuda e bem querer.

À Rosa Maria Alves Santana, pelo sorriso, o carinho e o Café sempre quentinho.

À Professora Maria das Graças Vieira, exemplo de Mulher, pelos seus ensinamentos para toda a vida, seu carinho e as boas conversas inspiradoras.

À todos os membros do PRODER, alunos e ex-alunos, que fizeram parte desta caminhada e que contribuíram de alguma forma para esta obra.

À todas as pessoas ligadas ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA de Juazeiro do Norte, por suas contribuições diretas e indiretas na Pesquisa.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP pela possibilidade de, através da Bolsa de incentivo, permitir que este pesquisador pudesse se dedicar exclusivamente a esta obra.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esta obra tivesse êxito.



RESUMO

Esta dissertação aborda a importância da participação da sociedade nos processos de construção das decisões relativas ao contexto em que está inserida, trazendo a Agenda 21 Local como uma ferramenta que efetiva esta participação nas discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável local, pois este é contemplativo, inclusivo e equânime, e é um documento que contém compromissos para mudanças no padrão de desenvolvimento, em que predominem o equilíbrio ambiental e justiça social. Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, iniciou os debates para a construção do Fórum Permanente da Agenda 21 Local, porém, este não se materializou. Para entender o porquê da mesma não tomar forma, foi realizada uma Pesquisa de Campo nos principais locais de concepção da Agenda, mais amplamente no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente -COMDEMA. De natureza qualitativa, teve como método de investigação o estudo de caso, adotando a técnica de pesquisa por meio de entrevistas com 13 cidadãos ligados ao COMDEMA, através de questionário de pergunta única. A hipótese principal desta pesquisa para a não implementação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte foi que faltou diálogo, interesse e transparência entre o COMDEMA, a Sociedade Juazeirense e a Gestão Pública Municipal, confirmada, pelo desinteresse e falta de vontade política, uma sociedade desmobilizada e desinformada sobre a importância da construção da Agenda 21 e ainda um sistema de conselho falho em sua atuação, já que uma gestão interessada em promover a Agenda, pressiona os conselhos para avançar nesta pauta e mobiliza a sociedade para tal questão, um conselho atuante mobiliza a sociedade e pressiona a gestão e uma sociedade mobilizada, pressiona o conselho e provoca a gestão.

Palavras chave: Desenvolvimento Regional Sustentável, Agenda 21 Local, Conselhos Municipais de Participação Social, Políticas Públicas, Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper addresses the importance of civil society participation in the processes of construction of decisions relating to the context in which it operates, bringing the Local Agenda 21 as an effective tool that this participation in discussions about local sustainable development, as this is contemplative, inclusive and equanimous, and is a document that contains commitments to changes in the pattern of development in which the predominant environmental balance and social justice. Juazeiro do Norte, Ceará State, northeastern Brazil, initiated discussions to build the Permanent Forum of Local Agenda 21, however, this did not materialize. To understand why not take the same way, we did a Field Research in major local design Agenda, more extensively on City Council Environmental Defense - COMDEMA. Qualitative in nature, had as a research method case study, adopting the technique of research through interviews with 13 citizens involved in COMDEMA through single question questionnaire. The main hypothesis of this research for non implementation of Local Agenda 21 in the city of Juazeiro was that it lacked dialogue and transparency between the interest COMDEMA the Juazeirense Society and the Municipal Public Management, confirmed by disinterest and lack of political will, a demobilized and uninformed about the importance of the construction of agenda 21 and still a flawed system board in his acting company, as a management interested in promoting agenda, press councils to advance this agenda and mobilize society for that matter, a active advice to mobilize society and press management and a mobilized society, the press council and causes management.

Keywords: Sustainable Regional Development, Local Agenda 21, Social Participation, Public Policy and Sustainability.

.

RESUMEN

En este trabajo se aborda la importancia de la participación de la sociedad civil en los procesos de construcción de las decisiones relacionadas con el contexto en el que opera, con lo que la Agenda Local 21 como una herramienta eficaz que esta participación en los debates sobre el desarrollo sostenible a nivel local, ya que es contemplativa, incluyente y ecuánime, y es un documento que contiene los compromisos a los cambios en el patrón de desarrollo en el que el equilibrio ambiental predominante y la justicia social. Juazeiro do Norte, Ceará, noreste de Brasil, inició conversaciones para construir el Foro Permanente de la Agenda Local 21, sin embargo, esto no se materializó. Para entender por qué no toma la misma forma, se realizó una investigación de campo en el diseño local importante del orden del día, más exhaustivamente en el Ayuntamiento de Defensa del Medio Ambiente -COMDEMA. De carácter cualitativo, tuvo como caso de estudio el método de investigación, la adopción de la técnica de investigación a través de entrevistas con 13 ciudadanos involucrados en COMDEMA por solo cuestionario pregunta. La principal hipótesis de esta investigación para no aplicación de la Agenda Local 21 en la ciudad de Juazeiro era que carecía de diálogo y transparencia entre el COMDEMA interés la Sociedad Juazeirense y la Administración Pública Municipal, confirmada por el desinterés y la falta de voluntad política, un desmovilizado y desinformados sobre la importancia de la construcción de la Agenda 21 y sigue siendo una placa base defectuosa en su empresa que actúa, como una gestión interesada en la promoción de la agenda, consejos de prensa para avanzar en esta agenda y movilizar a la sociedad para el caso, un asesoramiento activo para movilizar a la sociedad y la gestión de prensa y de una sociedad movilizada, el consejo de la prensa y hace la gestión.

Palabras clave : Desarrollo Regional Sostenible , Agenda 21 Local , Participación Social , Políticas Públicas y la sostenibilidad.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Assento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDE	EMA 22
Tabela 2 - Dados Gerais do Município de Juazeiro do Norte	24

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista panorâmica da cidade de Juazeiro do Norte	23
Figura 2 - Praça do Triângulo	24
Figura 3 - Posição Geográfica do Estado do Ceará	25
Figura 4 - Infraestrutura de lazer no país do futebol	26
Figura 5 - Região Metropolitana do Cariri dentro do Estado do Ceará	27
Figura 6 - Lixo nas Ruas e calçadas	28
Figura 7 - Esgoto à céu aberto próximo a passarela e pista de caminhada	29
Figura 8 - Rua São Pedro	30
Figura 9 - Metrô do Cariri como opção de transporte público	31
Figura 10 - Estação Teatro próximo à Shopping e Hipermercados	31
Figura 11 - Asfaltamento precário nas principais avenidas	32
Figura 12 - Calçamento precário com uso de pedra tosca	33
Figura 13 - Universidade Federal do Cariri (UFCA)	34
Figura 14 - Crescimento da informalidade e uso indevido do espaço público	34
Figura 15 - Informalidade e uso indevido do espaço público nas principais praças	35
Figura 16 - Luzeiro do Nordeste, obra vinculada ao turismo religioso	36
Figura 17 - Entrada do Parque Ecológico das Timbaúbas	75
Figura 18 - Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos	76
Figura 19 - Reunião do COMDEMA	77
Figura 20 - Reunião do COMDEMA	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN Agência Brasileira de Inteligência

A3P Agenda Ambiental da Administração Pública

CNUMAD Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e

Desenvolvimento

COMDEMA Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

COMCIDADE Conselho Municipal das Cidades

COMHIS Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social

FALS Faculdade Leão Sampaio

FAP Faculdade Paraíso

FMJ Faculdade de Juazeiro do Norte

FATEC Faculdade de Tecnologia CENTEC

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDM Indice de Desenvolvimento Municipal

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFCE Instituto Federal do Ceará

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPECE Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA Ministério do Meio Ambiente

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PDDU Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

RMC Região Metropolitana do Cariri

SEDUC Secretaria de Educação do Estado do Ceará

SEMASP Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos

UFCA Universidade Federal do Cariri
UFC Universidade Federal do Ceará

URCA Universidade Regional do Cariri

UVA Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS	19
2.1 JUAZEIRO DO NORTE: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA METRÓPOL CARIRI	
3 CAMINHOS NORTEADORES E HORIZONTES DA PESQUISA	37
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO E ATORES POLÍTICOS 3.1.1 Estado Moderno e Políticas Públicas: novas formas, velhas raízes	37 41 TICAS.
3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCEITOS E DESAFIOS	49
3.4.1 Origem da Agenda 21	
3.4.2 Agenda 21 Local: um caminho possível?	
3.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
4. VIVÊNCIA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE	105
ANEXO	106

1 INTRODUÇÃO

Todas as vezes que entramos em contato com algo novo, seja um objeto ou uma situação, temos a oportunidade de analisar, julgar, avaliar, contar, medir e pesar o que está diante de nós. Parece difícil a princípio, porém, o fazemos todos os dias, através da percepção. Através da percepção, mensuramos e ponderamos as nossas ações e os seus impactos, mesmo já tendo errado outras vezes.

A sustentabilidade é bem mais do que a palavra da moda. Sustentabilidade é atitude, ela permite que nossos posicionamentos, diante do exposto, sejam ponderados através da sensibilidade, da prudência e do aprimoramento da noção de consequência. Da mesma forma, devemos o fazer com o que já conhecemos, através de uma postura sustentável, uma outra forma de perceber o que já nos é familiar.

Esta Dissertação aborda a importância da participação da sociedade nos processos de construção das decisões relativas ao contexto em que está inserida. Para tanto, traz a Agenda 21 Local como uma ferramenta que efetiva esta participação nas discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável local, pois este é contemplativo, inclusivo e equânime.

A Agenda 21 Local é uma carta de intenções, é um documento que contém compromissos para mudanças no padrão de desenvolvimento, em que predominem o equilíbrio ambiental e justiça social. É um processo de planejamento participativo, que analisa a situação da localidade e planeja o futuro de forma sustentável, formando parcerias e compromissos para soluções a curto, médio e longo prazo, assim, que conte com a participação de todos (CEARÁ, 2009).

Neste estudo de caso, o Município de Juazeiro do Norte iniciou os debates para a construção do Fórum Permanente da Agenda 21 Local, porém, o mesmo não se materializou. Para entender o porquê da não materialização, foi realizada uma Pesquisa de Campo nos principais locais de concepção da mesma, mais amplamente no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Justifica este estudo Juazeiro do Norte tendo, através de um mecanismo de representação social, iniciado e interrompido o processo de construção da Agenda 21 Local, que poderia tê-lo direcionado a novos padrões de Desenvolvimento Local sendo um dos Municípios do Brasil em que houve o maior

crescimento comercial, educacional e populacional dos últimos quinze anos. A Agenda 21 propõe métodos de justiça social, proteção ambiental e eficiência econômica. A problemática acerca da implementação da Agenda 21 Local começa no momento em que a mesma não teve continuidade, no município de Juazeiro do Norte, apesar do conselho constituído ter iniciado a discussão da mesma.

O principal objetivo desta Dissertação é analisar o contexto de implantação da Agenda 21 em Juazeiro do Norte. Para entender os motivos ou razões do referido contexto, seguiu-se o roteiro com os seguintes objetivos específicos: levantar de dados, Leis, Regimentos, Atas e documentos para construir o cenário da época das discussões da implementação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte. Também caracterizar do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA de Juazeiro do Norte e buscar à percepção dos membros, ex-membros e pessoas ligadas ao COMDEMA. Analisar a relação do poder publico com a sociedade civil na tentativa de implementação da Agenda 21.

Além da revisão bibliográfica, esta pesquisa adota o método qualitativo, onde foram realizadas e analisadas entrevistas com pessoas ligadas ao COMDEMA, o que possibilitou a percepção da relação de pertencimento e a afetividade do ser humano, além de revisão bibliográfica.

A hipótese principal desta pesquisa para a não implementação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte é que faltou diálogo entre o COMDEMA, a Sociedade Juazeirense e a Gestão Pública Municipal, uma vez que, em condições ideais, a gestão interessada em promover a Agenda, pressiona os conselhos para avançar nesta pauta e mobiliza a sociedade para tal questão, um conselho atuante mobiliza a sociedade e pressiona a Gestão e uma sociedade mobilizada, pressiona o Conselho e provoca a Gestão.

Esta dissertação foi dividida em cinco tópicos, sendo Introdução, Características e Aspectos Metodológicos com caracterização do espaço pesquisado intitulado "Juazeiro do Norte: a participação social na metrópole do Cariri", Caminhos Norteadores e Horizontes da Pesquisa, e as Considerações Finais.

No segundo capitulo, foi traçado o método usado para a obtenção dos resultados e de que forma foi desenvolvida a pesquisa. Para delimitar o espaço de estudo foi feita uma caracterização do Município de Juazeiro do Norte.

No terceiro capitulo são abordadas os Caminhos Norteadores e Horizontes da Pesquisa trazendo o Desenvolvimento Sustentável: conceitos e características; Desenvolvimento Local: conceitos e desafios; Agenda 21 no Brasil, com suas origens e uma leitura crítica sobre a Rio+20; Politicas Públicas para o Desenvolvimento Local e Atores Políticos, trazendo o Modo de Produção Capitalista, o Estado Moderno; Participação Social, abordando os Conselhos Municipais de Participação Social.

No quarto capitulo foram trazidos os resultados da pesquisa, com a caracterização dos Conselhos Municipais de Participação Social, em especial o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, das entrevistas e uma análise acerca da percepção do pesquisador mediante o cenário estudado e de sua vivência com os conselhos.

Nas conclusões, é feito um apurado em relação ao que foi encontrado em Juazeiro do Norte e é dado um direcionamento para o desenvolvimento local e para novos caminhos, que norteiem novos estudos.

2 CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos e aspectos metodológicos adotados nesta dissertação são pautados como tentativa de capturar elementos intrínsecos que deverão revelar um conjunto de resultados a partir da perspectiva que foram investigados. A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador (MINAYO, 2008).

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2010).

A seguir serão descritos com riqueza maior de detalhes e aprofundamento a natureza da pesquisa, tipo de pesquisa, local da área de estudo, período de realização e análise da pesquisa, os instrumentos utilizados na coleta de dados, procedimentos utilizados durante a coleta de dados e apresentação de dados, contribuindo através da relevância de desenvolver uma pesquisa embasada nos princípios éticos, legais e morais da pesquisa científica.

Esta pesquisa se caracteriza como sendo de natureza qualitativa, que na compreensão de Appolinário (2006) os fenômenos através do processo de observação e análise subjetiva dos dados, onde o pesquisador envolveu-se subjetivamente na observação e na análise do estudo.

Analisar qualitativamente uma pesquisa significa se preocupar com situações que não podem ser quantificadas, pois se trata de questões mais subjetivas de acordo com os sujeitos da pesquisa.

Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (ALVES, 2013).

O tipo de pesquisa utilizado nesta dissertação foi o modelo exploratório, que tem como objetivo primordial a "explorar as características de determinada

situação, visando compreender fenômenos e as relações entre os mesmos." (GIL, 2002, p. 43).

A pesquisa está caracterizada segundo os objetivos que foram definidos como um estudo exploratório, tendo em vista uma abordagem analítica-crítica caracterizada pela análise concreta das situações vivenciadas no *lócus* da pesquisa, que segundo GIL (2002, p.71) "estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses".

Também se caracteriza como uma pesquisa dialética por analisar de forma contextualizada, considerando a dinâmica de transformação da sociedade, suas contradições, e por usar da criticidade.

A área de estudo, está localizada no Município de Juazeiro do Norte. Trata-se também da mais desenvolvida do interior do sul do Estado, na recém-criada Região Metropolitana do Cariri – RMC, com uma população de 249.939 mil habitantes (IBGE, 2010).

Situada ao sul do Estado do Ceará, entre os paralelos 7°12" 43' de latitude e os meridianos 39°18" 55' de longitude, possuindo uma extensão territorial de 248,558 km². Limita-se ao norte com o Município de Caririaçu, ao sul, com os Municípios de Barbalha, Crato e Missão Velha, e ao leste com os Municípios de Missão Velha e Caririaçu e ao oeste, o Município do Crato (IBGE, 2010).

A relevância da escolha da área deu-se pelo franco crescimento econômico, com a inserção de novos empreendimentos, que tem ocasionado uma série de discussões e amplo debate de setores da sociedade local, inclusive o interesse dos Conselhos Municipais das mais distintas dimensões (social, econômica, política, ambiental, política e institucional) preocupados em debater sobre os rumos de toda a região nas próximas décadas.

Em consonância com os objetivos da pesquisa e, por conseguinte, facilitar a compressão do delineamento, foi definido os seguintes instrumentos para adquirir resultados confiáveis no final do trabalho, sendo eles:

O uso da pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p. 43-44) diz que "é a que se trata de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e entrevistas escritas.", sendo que a finalidade desta pesquisa é colocar o pesquisador em contato direto com todo o material que foi escrito sobre determinado assunto. Outro tipo de instrumento utilizado é a pesquisa documental, que na definição de Lakatos e Marconi (2006, p. 62) "a pesquisa documental é a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias."

A pesquisa está caracterizada como um estudo de caso, que para Yin (2010) significa a procura por examinar eventos contemporâneos, adicionados de observação direta dos eventos a serem estudados e entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos, procurando preencher as lacunas existentes entre o fenômeno e o contexto organizacional indefinido.

Desse modo, a caracterização de um estudo de caso, permite ao pesquisador identificar através das técnicas utilizadas, extrair elementos importantes de uma determinada situação vigente, grupos de trabalho e análise sucinta de uma determinada realidade.

Para a obtenção dos dados, foram utilizados entrevistas com alguns Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, participação na modalidade de observador das reuniões do referido conselho, registro de fotos do Município de Juazeiro do Norte em consonância com as respostas obtidas, associados à revisão bibliográfica utilizada neste trabalho.

Nesse trabalho foram utilizados arquivos oficiais e de natureza pública, por meio da leitura extensa e análise das atas de reuniões, oriundos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, com o intuito de serem analisados visando à compreensão de determinado assunto específico para ser esclarecido no decorrer do trabalho.

A entrevista é um encontro de duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social (Lakatos; Marconi, 2006).

O roteiro de entrevista (Apêndice A), utilizado na pesquisa, abordava sobre a investigação da problemática existente sobre o processo de implantação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte, atentando para quais os motivos e/ou razões que existiram durante o período em que o conselho discutiu acerca da temática, complementado com a investigação da criação do COMDEMA e

o REGIMENTO INTERNO do mesmo, o que desencadeou indagações sobre o papel social, a função e finalidade do conselho para a sociedade Juazeirense.

Para obter as informações necessárias e conclusivas contidas nas entrevistas realizadas com os conselheiros, adotou-se o método de análise de conteúdo, que Appolinário define como:

"O procedimento de análise denominado de "análise de conteúdo" tem por finalidade básica a busca do significado de materiais textuais, sejam eles artigos de revistas, prontuários de pacientes de um hospital seja a transcrição de entrevistas realizadas com sujeitos, individual ou coletivamente".

As entrevistas foram realizadas no período de 01 de dezembro de 2013 a 18 de fevereiro de 2014, durante esse período o pesquisador participou das reuniões dos conselhos municipais em estudo e fez o uso e analisou as atas das reuniões existentes que abordaram algum assunto ou tópico relacionado à Agenda 21 Local.

Na época da criação do COMDEMA, o Conselho paritário era formado pelos seguintes assentos:

Tabela 1 - Assento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA

GOVERNAMENTAIS	NÃO GOVERNAMENTAIS		
SEMASP	FUNDAÇÃO ESCOLA AMBIENTAL		
IFCE	FUNDAÇÃO MUÇAMBÊ		
COGERH	ONG ENGENHO DO LIXO		
FLONA ARARIPE/ICMBio	ONG OIKOS CARIRI		
UFC	FMJ		
URCA	SINDICATO DO TRABALHADORES RURAIS		
FATEC	FJN		
CREDE 19	FACULDADE LEÃO SAMPAIO		
SEMACE	SESI		

Fonte: Regimento Interno COMDEMA

Através do resultado desta pesquisa, a sociedade, em destaque a sociedade Juazeirense, vai ter ao seu alcance uma pesquisa útil para reformular seu exercício de cidadania, que norteará os debates sobre a participação e finalidade dos conselhos municipais, a importância do processo de implantação da Agenda 21 Local e uma nova compreensão dos fenômenos e problemas existentes que podem evidenciar práticas incoerentes da qual a sociedade espera.

2.1 JUAZEIRO DO NORTE: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA METRÓPOLE DO CARIRI

A área de estudo, o Município de Juazeiro do Norte (Figura 01), está situado ao sul do Estado do Ceará, conta com uma população de 249.939 mil habitantes (IBGE, 2010), é a cidade pólo de uma das regiões mais importantes e desenvolvidas do Estado e que exerce forte influência sobre todo Sul do Ceará, e as áreas dos estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo um importante centro de compras e serviços regionais e turismo religioso.



Figura 1 - Vista panorâmica da cidade de Juazeiro do Norte

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Informação reforçada segundo Stfano e Cruz (2014) na matéria intitulada "O Novo Mapa do Consumo" da Revista Exame, realizada no ano de 2012, explica que o município de Juazeiro do Norte, com uma população de 250.000 habitantes e outras quase 300.000 pessoas que moram nas cidades do entorno atualmente, virou um grande polo varejista e encontra-se em plena ebulição. O exemplo, a instalação de uma unidade de uma rede de supermercados de um grupo americano, que mira o potencial de consumo da cidade, hoje em 570 milhões de reais por ano.

A reportagem do Jornal Diário do Nordeste com seguinte título "A Fé Move o Turismo", realizada no ano de 2014, destaca que, a crença no Padre Cícero

faz a cidade crescer. O pequeno lugarejo do passado virou centro de romarias e a metrópole da região.

Tabela 2 - Dados Gerais do Município de Juazeiro do Norte

Dados	Ano	Valores
População (hab)	2010	249.939
Taxa média geométrica de crescimento da população (%		
a.a.)	2000/10	1,6535
Estabelecimentos de saúde SUS	2009	94
Estabelecimentos de saúde	2009	132
Frota (veículos)	2012	80.686
Empresas Industriais Ativas	2010	798
Estabelecimentos Comerciais Varejo	2010	2.982
Empresas de serviços (18 ramos)	2010	222
Empregos Formais (todas as atividades)	2010	30.937
Empregos Formais (Administração Pública)	2010	5.612
Operações de crédito (R\$)	2010	378.543.600,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte (Site)

Todo esse desenvolvimento (ver Tabela 1) resultou em uma grande integração com os Municípios de Crato e Barbalha, que juntas formam a chamada cornubação Crajubar, aqui representada pela Praça do Triângulo (Figura 02). Muito do que se encontra no Município de Juazeiro do Norte movimenta-se em torno da figura do Padre Cícero Romão Batista, fundador do município e suas romarias.

Pigura 2 - Praça do Tillangulo

Figura 2 - Praça do Triângulo

Fonte: Site Miséria (2013)

O Município de Juazeiro do Norte localiza-se geograficamente entre os paralelos 7°12"43' de latitude e os meridianos 39°18"55' de longitude, possuindo uma extensão territorial de 248,558 km². Limita-se ao norte com o Município de Caririaçu, ao sul, com os Municípios de Barbalha, Crato e Missão Velha (Figura 03), e ao leste com os Municípios de Missão Velha e Caririaçu e ao oeste, o Município do Crato. A altitude da Sede é de 377,33 em relação ao nível do mar (IBGE, 2010).

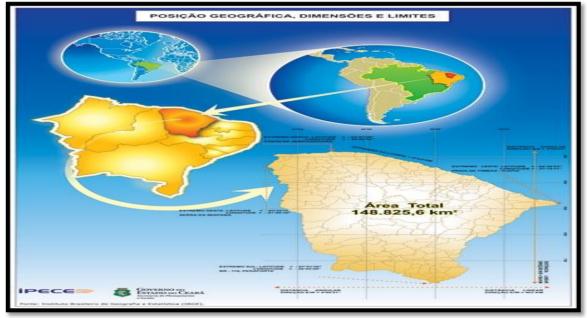


Figura 3 - Posição Geográfica do Estado do Ceará

Fonte: IPECE (2013)

Juazeiro do Norte está a uma distância rodoviária da capital, Fortaleza, de 528 km. O acesso à Cidade se faz pela BR-116 e CE-293 (IBGE/IPECE, 2012). Situado num raio geográfico de enorme privilégio pela sua boa posição de equidistância no Nordeste, Juazeiro se consolidou como centro das atenções. Tanto que o seu aeroporto é o sexto maior em movimentação no interior do Brasil (CEARÁ, 2014).



Figura 4 - Infraestrutura de lazer no país do futebol

Fonte: Arquivo do autor (2014)

De acordo com o IBGE/IPECE (2012), o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – Ceará 2010, o Município de Juazeiro do Norte apresentou um IDM de 35,49. Ocupando a 24 colocação no ranking, o município de Juazeiro do Norte compõe a classe 3, juntamente com 69 municípios classificados, representando o maior grupo populacional entre as classes do IDM com 36,7% da população cearense. O índice médio para a classe foi igual a 29,67 com uma amplitude variando de 23,82 a 39,92. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, 2010 do município é de 0,69.

Com potencial natural e econômico em amplo crescimento, o município de Juazeiro ainda vive transtornos recorrentes a todas as cidades brasileiras, a figura 04, demonstra a frágil estrutura de lazer oferecida aos cidadãos Juazeirense. As precariedades dos serviços públicos fazem à população perecer, é o que destaca a reportagem do Jornal Diário do Nordeste (2014), Infraestrutura precária permanece sendo maior desafio para as cidades: Ruas esburacadas, lixo acumulado, insegurança, falta de profissionais para atendimento em postos de saúde, hospitais lotados, ambulâncias sucateadas, transporte urbano deficitário, além de esgoto a céu aberto em diversos bairros da cidade. Os problemas de infraestrutura deste município, mais importante polo de desenvolvimento econômico de toda região do Cariri, continuam a trazer transtornos à população local e são desafios para máquina pública municipal.

O principal recurso hídrico do Município é o rio Salgado, da sub-Bacia Hidrográfica do Salgado, pertencente à bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe. O clima é definido como semiárido quente e as temperaturas são 24° C, mínimas, e 26° C, máximas. A precipitação pluviométrica registra 925,1 mm/ano; maior que a média do Estado que é de 775 mm. Na zona urbana do município de Juazeiro do Norte as áreas verdes se resumem às praças e ao Parque Ecológico das Timbaúbas, configurando-se a principal área verde do município (IPECE, 2012).

Nos anos 2000, foi criada a Região Metropolitana do Cariri (Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009) formada pelos municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, bem como pelos municípios que lhes são limítrofes: Santana do Cariri, Nova Olinda, Farias Brito, Caririaçu, Missão Velha e Jardim (Figura 5), com o objetivo de constituir uma circunstância cultural e socioeconômica capaz de compartilhar com a capital do Estado a atração de população, equipamentos, serviços e investimentos públicos e privados (BRASIL, 2010).



Figura 5 - Região Metropolitana do Cariri dentro do Estado do Ceará

Fonte: IPECE (2013)

A mudança no perfil social e produtivo da região tem se dado de forma mais intensa nos últimos 10 anos, acarretando, dentre outras consequências, um movimento especulativo no setor imobiliário, a ocupação desordenada do território,

alto grau de urbanização e consequente deficiência dos serviços básicos como distribuição de água tratada e de saneamento. O mais grave é a ameaça a um patrimônio natural e cultural riquíssimo que pode ser devastado pela intensa urbanização e o avanço desordenado do turismo predatório, de novas unidades produtivas agrícolas, manufatura e agroindustrial (SOUZA et al, 2012).

O Município surgiu de um pequeno povoado, que no final do século XIX pertencia ao Município do Crato, se transformou em cidade pela Lei Estadual nº 1.178 de 23 de julho de 1914 e pela vontade dos que aqui moravam. Cresceu economicamente por meio do comércio varejista, que por sua vez teve sua expansão através do turismo religioso (romarias).

A região Caririense é conhecida por uma vasta diversidade natural, graças à influência da Chapada do Araripe, que constantemente é ameaçada por nossas atividades degradantes. Tanto o rio Salgado quanto o Parque Ecológico são vítimas potencializadas desses processos de agressão ambiental.

Culturalmente a população de Juazeiro do Norte não se preocupa com o destino de seus resíduos sólidos e líquidos. A figura 06 demonstra claramente uma realidade corriqueira no município em questão.



Figura 6 - Lixo nas Ruas e calçadas

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Assim, Souza et al (2012), destaca que, cabe buscar de forma contínua as alternativas para a transformação da sociedade brasileira, de modo que

tenhamos em breve um processo de desenvolvimento de fato sustentável, que garanta a todos hoje e no futuro o atendimento de suas necessidades, com crescimento econômico racional e eficiente, com respeito às pessoas, à natureza e à diversidade regional e tendo ainda a ética como base de todas as relações.

Ainda de acordo com Stfano e Cruz (2014) em matéria "O Novo Mapa do Consumo" para Revista Exame, o IBGE (2002), 44% da população economicamente ativa estava sem renda em Juazeiro do Norte. Em 2010, essa taxa já tinha caído para 34%. Em 2011, o município foi o segundo que mais criou empregos no interior do Nordeste – boa parte surgiu na construção civil.

Apesar de uma expansão econômica, a cidade de Juazeiro do Norte, se depara com uma realidade contrária ao que se espera de uma cidade em pleno crescimento. A infraestrutura precária pode ser uma das causas do lento desenvolvimento, realidade esta explicitada na reportagem do Jornal Diário do Nordeste (2013), "Setor Imobiliário Cresce, mas o Serviços Públicos Decepcionam", revela que, a supervalorização dos espaços urbanos em Juazeiro do Norte tem chamado a atenção de investidores de outros estados, principalmente na última década. O resultado dos últimos anos é um processo de desenvolvimento, que deixa alguns setores básicos na contramão, com serviços deficientes, principalmente no setor de infraestrutura.

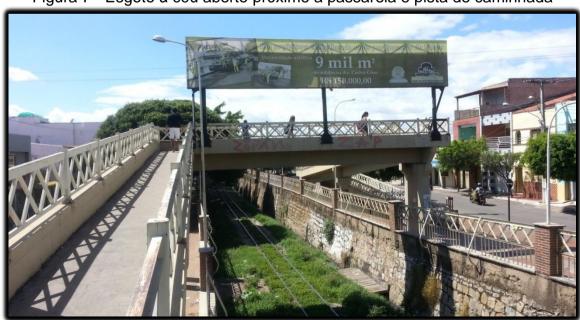


Figura 7 - Esgoto à céu aberto próximo a passarela e pista de caminhada

Fonte: Arquivo do autor (2014)

A reportagem ainda destaca que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) datado no ano de 2000, já está ultrapassado, e as políticas públicas, principalmente na área de infraestrutura urbana não acompanharam o processo. Na periferia da cidade, bairros surgiram nos últimos anos, e até nos mais valorizados há deficiências na coleta de lixo, saneamento básico, segurança pública, iluminação e abastecimento. Na foto 07 percebe-se o esgoto à céu aberto em local de grande fluxo de pessoas.

Para atender ao grande fluxo de pessoas que passam por esta cidade todos os dias (Figura 08), a frota veicular tem aumentado consideravelmente, em 2012 a frota de veículos era de 80.686. Segundo Stfano e Cruz (2014) na reportagem da Revista Exame (2012) ainda destaca que, antes um polo de comércio popular, a cidade agora ostenta 17 concessionárias de veículos automotivos, metade surgiu após 2007.



Figura 8 - Rua São Pedro

Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE (Site)

E além dos transportes particulares, a cidade conta com três empresas de transporte público, além dos transportes alternativos e um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que interliga as cidades de Juazeiro do Norte e o Crato, conhecido como o metrô do Cariri, porém, atendendo apenas a duas cidades da Região Metropolitana do Cariri.



Figura 9 - Metrô do Cariri como opção de transporte público

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Na figura 9, o Metrô do Cariri, que tem sua implantação com o objetivo de um transporte público mais eficiente e seguro, e sendo uma opção a mais para à população. As estações do metrô, também remetem uma segurança e conforto aos cidadãos, como pode ser percebido na figura 10.



Figura 10 - Estação Teatro próximo à Shopping e Hipermercados

Fonte: Arquivo do autor (2014)

A pujança da economia está demonstrada no crescente Produto Interno Bruto (PIB), que hoje é de dois bilhões de reais (Prefeitura de Juazeiro do Norte, 2014). Recentemente o município de Juazeiro do Norte comemorou 100 anos de emancipação política, com grandes empresas de serviços, estabelecimentos comerciais de atacado e varejo e com um polo industrial ativo. A cada dia, a cidade cresce em diversos ramos, a exemplo disso, o crescimento da construção civil, acompanhada pela especulação imobiliária e o processo de verticalização da cidade, citados anteriormente, que não são acompanhados por serviços públicos à altura da velocidade deste crescimento, como verificado na figura 11 e 12.



Figura 11 - Asfaltamento precário nas principais avenidas

Fonte: Arquivo do autor (2014)

A cidade Juazeirense experimenta um processo amplo e dinâmico da economia baseado em investimentos públicos e principalmente privados. Essa dinâmica abre um leque de possibilidades de crescimento regional caririense. Mas pode-se constatar que a cidade necessita de muitos investimentos, que vão além do econômico.



Figura 12 - Calçamento precário com uso de pedra tosca

Fonte: Arquivo do autor (2014)

O município de Juazeiro do Norte destaca-se no desenvolvimento do polo de educação superior, que possui diversas universidades e faculdades públicas e privadas. Na iniciativa pública tem-se a Universidade Regional do Cariri - URCA, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFCE, o campus avançado da Universidade Federal do Ceará - UFC, que, desmembrado através de Decreto Presidencial criando a Universidade Federal do Cariri - UFCA e a Faculdade de Tecnologia CENTEC - FATEC. Na iniciativa privada se destacam as Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte – FMJ, a Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN, a Faculdade Leão Sampaio – FALS, a Faculdade Paraíso – FAP e a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.



Figura 13 - Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Com destaque para criação da Universidade Federal do Cariri (UFCA), a Revista Exame declara em reportagem Leis criam quatro universidades federais no Norte e Nordeste, que: A UFCA (Figura 13) vai ter 27 cursos e deve receber 6,5 mil estudantes, com campi nos municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato.



Figura 14 - Crescimento da informalidade e uso indevido do espaço público

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Ainda, Stfano e Cruz (2014) na matéria da Revista Exame, O novo mapa do consumo dizem que, por muitas décadas, a principal atividade econômica do município de Juazeiro do Norte foi o turismo religioso, alimentado pelos cerca de dois milhões de romeiros que visitam anualmente a terra de Padre Cícero. Esse fato contribui para o crescimento da informalidade e ocupação desordenada dos espaços públicos, demonstrado pelas figuras 14 e 15.



Figura 15 - Informalidade e uso indevido do espaço público nas principais praças

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Durante o ano, a cidade recebe mais que o dobro de sua população, são milhares de pessoas que chegam à cidade buscando visitar os locais vinculados a figura religiosa do Padre Cícero (Padim Ciço), estimulados por obras de estimulo ao turismo religioso (Figura 16). Os que aqui chegam não são apenas romeiros, mas também, consumidores de diversas regiões do nordeste tornando o comércio Juazeirense um dos setores mais fortes e dinâmicos da região do Cariri.



Figura 16 - Luzeiro do Nordeste, obra vinculada ao turismo religioso

Fonte: Arquivo do autor (2014)

3 CAMINHOS NORTEADORES E HORIZONTES DA PESQUISA

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO E ATORES POLÍTICOS

3.1.1 Estado Moderno e Políticas Públicas: novas formas, velhas raízes

Ao iniciar este ponto da discussão no trabalho, buscou-se compreender o papel do Estado na emersão e consolidação da sociedade capitalista, o papel das Políticas Públicas, remetendo a um paradoxo entre novas formas e velhas raízes. Buscou-se compreender como se deu o processo de modernização do aparato Estatal no sentido de acompanhar e possibilitar as transformações societárias de uma nova sociabilidade, pautada então na industrialização, surgimento, expansão e mundialização da economia capitalista. Observar como o Estado se posicionou e se posiciona atualmente no que tange a criação de mecanismos, ferramentas e caminhos que viabilizem as protoformas de uma "nova" sociedade, pautadas em um desenvolvimento ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável, que permita às gerações futuras o direito às mesmas condições de vida.

Compreender o sentido e a forma que foi empregada à palavra modernidade nos leva a afirmar que a mesma passou a fazer parte do cotidiano da vida social em todas as esferas, principalmente na economia e na política. Segundo Chacon (2007), o uso do termo "modernizar" era empregado como sentido de superar coisas, práticas e modos antigos ultrapassados, ruins. Assim modernizar pautava-se na busca por práticas novas desenvolvidas através da razão científica e tendo como primazia a evolução da sociedade, buscar formas mais eficientes de implementar ações que tenham como fim o bem comum. Tais práticas modernizadoras tinham como princípio o envolvimento dos sujeitos sociais, além de que colocavam em pauta os movimentos emancipatórios.

De fato, sempre se buscou compreender historicamente quando o Estado surgiu e qual sua função. Nesse sentido teremos várias interpretações acerca dessa perspectiva histórica. Como os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau, que nos trazem a discussão acerca de um pacto/contrato social, que trazem divergências entre si nessa compreensão, Durkheim com os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica, Marx que dirá que o "Estado é o comitê executivo da burguesia", Gramsci com a teoria da dialética da luta no *lócus* do Estado, porém neste trabalho,

buscou-se analisar diante de várias interpretações acerca da instituição Estado, qual sua função e transformações vivenciadas no seu interior no sentido de fomentar o fortalecimento da sociedade e o bem-estar social. O conceito de Estado passou a ser utilizado pela primeira vez em um significado próximo à moderno por Maquiavel, em sua obra "O príncipe" em sua compreensão de poder absoluto de Estado e a tutela dos indivíduos sociais.

Para tanto, é na Ciência Política que de fato este Estado moderno irá se desenvolver em consequência da própria modernização da sociedade, por volta do século XVI, período que culmina com a Revolução Industrial. Cabe afirmar nesse sentido, que o Estado surgirá como mecanismo de amenizar os conflitos entre capital e trabalho, através das suas mais várias formas de intervenção, para que assim o progresso não pudesse sofrer danos.

O Estado não surgiu inesperadamente, mas como fruto de um longo processo histórico iniciado com a formação do Estado monárquico, até suas formas liberal, democrático, de bem-estar social e atualmente em sua face neoliberal, com roupagens de participação popular. Cabe perceber que o Estado é algo inacabado, estando sempre em contínuas transformações em sua estrutura institucional, ao passo que atualmente falar em Estado é falar em descentralização, direitos sociais, participação política popular e parcerias, é falar em Políticas Públicas que fomentem o empoderamento, a participação popular e o fortalecimento e sustentabilidade das economias locais.

Mas, se observarmos a história, em específico no Brasil, as décadas de 1980 e 90 não evidenciaram uma grande expansão dos movimentos sociais críticos e emancipatórios que foram desarticulados pela ofensiva neoliberal? Porém tal discussão necessitaria de uma análise mais profunda (NETTO, 2008).

É sabido que a partir de 1970, com a crise do *Welfare State*¹ Europeu, que o mundo se volta para a necessidade de se debater ainda de forma incipiente as atuais formas de administrar a economia. Nesse sentido é importante compreender o papel do Estado, dos países de economia central, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente o papel da sociedade civil no sentido da participação cidadã e na construção das políticas públicas que possam assegurar a

¹ Evidenciar que segundo alguns teóricos, o Brasil não vivencia o Estado de bem-estar social, já que seu capitalismo se deu tardiamente e com a constituição Federal de 1988 que foi uma promessa de se materializar tal Estado, logo nos anos de 1990 e 2000, chega ao Brasil o desmonte das Políticas Sociais decorrentes da economia neoliberal.

cada indivíduo o básico para que se possa viver com dignidade, bem como os impasses para as gerações futuras.

Tais discussões pautavam-se na constituição de um sistema participativo e partilhado, uma gestão integrada com a sociedade, de forma que faça sentido gerir a vida social econômica e politicamente, que faça o conjunto funcionar equilibradamente.

Nesta perspectiva surge assim à visão de uma terceira via em resposta a crise do Estado de bem-estar social e nesse sentido um chamamento a sociedade civil, Estado e Mercado no que compete à promoção da igualdade, da proteção aos vulneráveis, da liberdade com autonomia, e direitos com responsabilidade social.

Desse modo, é possível perceber as mudanças estruturais na qual a instituição Estado vem passando no sentido de responder a contento aos impactos e desafios oriundos do processo de modernização através da globalização/mundialização financeirizada da economia, além das novas formas de contato e uso da natureza pelo homem (CHACON, 2007).

Assim, como já posto em momentos anteriores da discussão, vê-se nitidamente que o Estado² tem buscado aprofundar o diálogo com a sociedade civil e efetivar parcerias para a implementação de Políticas Públicas que promovam o desenvolvimento local, a participação do terceiro setor, a centralidade na família e na comunidade (MONTAÑO, 2010).

Porém, cabe nesse ponto da leitura, convocar a uma reflexão crítica no sentido de melhor analisar se o Estado, em sua atual configuração Welfare-Mix ou Estado de bem-estar social misto, não estaria com velhas práticas, anteriormente concebidas no sentido de diminuir seu raio de intervenção através das políticas sociais e se o chamamento da sociedade civil vivenciado no Liberalismo, tem a finalidade de preencher a lacuna existente com a reforma do Estado.

Desse modo constata-se que não é fácil a tarefa de alcançar uma escala apropriada que sustente uma política de desenvolvimento. A única forma de se atingir tal escala, por meio da criação de uma institucionalidade de desenvolvimento local, que vise um conjunto de condições, que as regiões utilizariam para a organização de um projeto local ao global, o que só é possível com e pelo Estado.

.

² Cabe ressaltar que ao se tratar de ação do Estado, na verdade o Estado deve ser provocado/convocado pela sociedade a exercer seu papel de regulador e tal intervenção delimitará o marco regulatório do Estado no Brasil através das Políticas Sociais no governo de Vargas, posteriormente de forma a implantar a socialdemocracia com a Promulgação da Constituição Federal de 1988.

Dowbor e Pochmann (2008), destacam que o esforço de produção de uma política nacional é, antes de tudo, o reconhecimento de que o Estado tem um papel fundamental nesse item. O livre jogo do mercado transforma as regiões em algo amorfo, mero receptáculo das decisões otimizadoras dos agentes econômicos. A concentração é um requisito do capitalismo global, portanto cabe ao Estado contrapor-se a tal tendência, reconstruindo espaços de articulação entre a economia e o território.

Por sua vez, Hobsbawn (1995), nos dirá que a intervenção do Estado é indispensável para enfrentar as iniquidades sociais e ambientais do mercado e para garantir algum tipo de redistribuição de renda nacional.

Em outros termos, por mais que se verifique uma espécie de vácuo de poder ao nível supranacional, demandando novos formatos institucionais, parece estar longe o propalato fim dos Estados-Nação. Nesse sentido, ao invés de um avanço, estaríamos presenciando um retorno às velhas raízes em uma versão neoliberal, ou seja, um retrocesso.

Pois, partindo do pressuposto de que convocar a sociedade civil a exercer seu papel participativo na construção de políticas públicas, demanda para tanto uma sociedade crítica, consciente de seus direitos e deveres civis e sociais. Para isso, necessitaria de mudanças estruturais nas esferas das políticas públicas como por exemplo, a educação. Mas, tal discussão seria pano para outra e longa proposta de estudo.

No que tange a discussão sobre Estado e modernidade, cabe ainda ressaltar que algumas propostas desse Estado moderno, enquanto intervenções práticas, se concretizaram em excesso e de fato "melhoraram" as relações sociais e a vida cotidiana, principalmente no que tange aos direitos sociais e garantias individuais, outras ainda estão buscando se materializar, enquanto tantas outras, não aconteceram e não vejo ainda forma de acontecer.

Por fim, chamo a reflexão no sentido de que as promessas feitas por esse "novo" modo de produção, de melhorar a vida em sociedade pautadas na Liberdade, Igualdade e Fraternidade³, de fato não aconteceram ainda, ao contrário, nunca esteve tão evidenciado o pauperismo das camadas mais vulneráveis da sociedade,

.

³ A Revolução Francesa, iniciada em 1789, foi um exemplo clássico das revoluções burguesas. Embora tivesse tido a participação de outras camadas socais, como os camponeses e as massas urbanas miseráveis, ela foi essencialmente conduzida pela burguesia para realizar suas aspirações.

o fosso abissal que existe entre nações e países pobres e ricos, a perda dos direitos socialmente garantidos por lutas, o desemprego, a cassação do direito à greve, o agudizamento dos problemas sociais em suas mais variadas expressões, sejam elas, étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de identidade sexual, entre outras, em paralelo a um exacerbado processo de disparidade social em face de uma política de má distribuição de renda e concentracionista. É preciso reinventar o modelo de Política, pois, atualmente, os políticos pensam apenas em curto prazo, o prazo eleitoral.

"Denominada de neoliberais, estas reformas tiveram como mais evidente e disseminada característica o enfraquecimento generalizado do poder estatal dos estados em função da globalização. Contra este "mito", ou pelo menos, relativizando-o, elabora teses mais consistentes para a compreensão do fenômeno, apontando para um processo de reconstituição do poder estatal." (WEISS, apud Borinelli & Neto 1997, p.27)

Neste sentido, convocando a reflexão da sociedade e dos chefes de todas as nações a repensar para onde caminha a humanidade, qual o papel de fato da administração pública, dos atores sociais envolvidos nos movimentos reivindicatórios, da participação popular e sem dúvida o papel da economia (capitalista) na busca pelo equilíbrio entre economia e desenvolvimento social.

3.1.2 O modelo de produção capitalista: breves considerações.

É possível observar que em toda história da humanidade a maneira que os homens se organizam socialmente sempre foi marcada por formas determinadas de exploração do homem pelo homem. Seja pelo escravismo, feudalismo e atualmente pelo capitalismo, traduzindo assim, a longa história de exploração humana.

Não é possível afirmar precisamente quando se inicia o sistema de produção capitalista, mas, cabe afirmar que no século XIX se deu a emersão, crescimento e a expansão desse novo modo de organizar a produção social pautada na industrialização. O sistema capitalista vivenciou seu apogeu no século XX, com as grandes revoluções industriais, tecnológicas e da informação.

O surgimento desse novo sistema, indubitavelmente trouxe mudanças que afetaram todas as esferas da vida social, sejam elas econômicas, políticas, ideológicas, culturais e sociais. Tal sistema pautava-se em um desenvolvimento industrial, no surgimento da classe trabalhadora e na exploração dos recursos naturais, com finalidade não mais apenas da sobrevivência, mas a partir deste momento o lucro e a propriedade privada seriam a mola mestre desse novo sistema.

Segundo Polanyi (2012),

"Uma centena de anos mais tarde já estava em pleno funcionamento um sistema industrial na maior parte do planeta e, prática e teoricamente, isto significa que a raça humana fora sacudida em todas as suas atividades econômicas, se não também nas suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por essa propensão particular." (POLANYI, 2012, p. 46)

Foi nesse marco histórico e estrutural, constituído especialmente a partir da segunda metade do século XIX, que começou a se formar a classe trabalhadora latino-americana e consistia principalmente nos centros exploradores de salitre, cobre, prata, carvão, gás e petróleo, na indústria têxtil, nos serviços portuários e ferroviários, na construção civil e em pequenos estabelecimentos fabris.

Desde os primórdios de sua emersão o sistema capitalista tem traços marcados por uma intensa exploração da natureza, da força de trabalho e de uma organização econômica que viabilizou um processo de concentração de riqueza e disparidades sociais e econômicas. Porém tal sistema propunha a melhoria da vida das pessoas através do trabalho livre e ou assalariado e a estipulação de um padrão de vida favorável ao consumo em massa. De fato, tal momento de grande expansão econômica nos mostrou um caminho contrário ao proposto inicialmente pelo mesmo.

É nesse contexto de transição do mundo capitalista agrário-exportador para o urbano industrial que percebemos a intensificação da ação do Estado, que buscava criar as organizações sindicais oficiais com a finalidade de amenizar os conflitos e as lutas sociais. O papel do Estado não se limitou a interferir nos rumos da economia, mas a executar uma ação coesa em todas as esferas da vida social, principalmente vinculado as legislações do trabalho.

Segundo Furtado (2011), o papel do Estado na construção das nações periféricas é o de fomentar a industrialização para superar a pobreza e ao subdesenvolvimento.

No que tange ao conceito de desenvolvimento / subdesenvolvimento, é notório que os países da América-latina tiveram um "desenvolvimento" marcado pela exploração e subdesenvolvimento e pela existência de extremos abissais nas contradições acumuladas entre as nações colonizadoras e nações colonizadas⁴.

Nesse sentido, Furtado nos dirá que:

"O conceito de desenvolvimento traduz uma íntima articulação que deve existir entre os elementos, Estado e as estruturas produtivas e distributivas, ou o Estado como promotor de mudanças estruturais na produção, acompanhadas de melhorias na distribuição de renda (...) o papel do Estado na construção das nações periféricas é o de fomentar a industrialização para superar a pobreza e o subdesenvolvimento." (FURTADO, 2011, p. 61)

O sistema capitalista teve como estrutura basilar o aumento da capacidade de transformação da natureza por meio das máquinas, da crescente aceleração da circulação de pessoas, da produção de mercadorias e expansão das redes de transportes. Neste momento, a mola propulsora dessa nova vida social provinha do lucro através da venda da mercadoria socialmente produzida, mas a distribuição dessa riqueza não se dá de forma igualitária, de forma a prover a sobrevivência digna das pessoas e do meio ambiente.

Desse modo, o padrão de acumulação capitalista mostrou-se, enquanto forma de estruturar a vida social, extremamente contraditório e controverso, com um crescimento indiferente aos ecossistemas e a vida da maioria da população, como se as esferas a vida social não houvesse conexões com as demais dimensões da vida humana.

Seguindo o pensamento de Polanyi (2012), após um século de "desenvolvimento" cego, o homem está restaurando seu habitat. Se a industrialização não deve extinguir a raça humana, ela (a industrialização) precisa se subordinar ás exigências da natureza do homem, ou seja, uma relação do homem com a natureza pelo trabalho.

Neste sentido, e através de um recorte histórico, com a crise dos anos de 1970, com a mundialização e financeirização do capital, a intensificação da robótica, a automação, a troca do trabalho vivo pelo trabalho morto, a grande revolução da

⁴ Tanto a força da ideia nacional, como a de participação ativa do Estado, apresentam-se aqui naturezas distintas das economias centrais. A formação dos Estados Nacionais nas economias centrais, encarnada na figura do príncipe do Estado-Nação, traduziu-se na unidade e na conformação das sociedades europeias e na viabilização do processo de acumulação primitiva de capital.

tecnologia e informação, o aumentando cada vez maior do exército industrial de reserva, o agudizamento da pobreza, a grande discrepância entre a concentração de pobreza e riqueza entre as nações, países e Estados, é que o mundo se volta para a necessidade de se debater as atuais formas de produção da riqueza social / economia e a grande "crise ambiental" ⁵, dos países de economias centrais e principalmente o papel da sociedade civil no sentido da participação cidadã na construção das políticas públicas que possam assegurar a cada indivíduo o básico para que se possa viver dignamente. Bem como, uma forma de explorar a natureza que não venha a condenar as gerações futuras, através de um sistema participativo e partilhado, uma gestão integrada com a sociedade, de forma que faça sentido gerir a vida social, econômica e política de modo que faça o conjunto funcionar.

A discussão aqui posta não se concentra somente no fato da sociedade de mercado ter como base a economia, posto que, toda sociedade precisa de uma base econômica. Mas que uma sociedade que se volta totalmente aos interesses econômicos, segue um direcionamento antinatural da vida, no sentido totalmente empírico da vida social. De fato, é plausível uma profunda mudança no sistema de organização socioeconômica do espaço, fundada em uma visão equitativa e participativa do desenvolvimento, entendendo que, de modo abrangente os recursos ambientais e a sociedade são bases da atividade econômica que culminam na sustentabilidade. A Agenda 21 Local apresenta-se como opção que contempla essa visão e tem como missão essa mudança profunda, com ampla participação social nas decisões.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Desde os anos de 1950 já se discutia sobre os impactos do modo de produção capitalista sobre os recursos naturais/meio ambiente, Chacon (2007), nos dirá que apenas em 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável surgirá no cenário das discussões sobre a preocupação com os impactos socioambientais, através da World Commission on Environment and Development (BRUNTLAND 1987). Tais discussões tinham como pressupostos para tanto, a gestão ambiental, a

-

⁵ Para assinalar que não há consenso nessa discussão na academia, existindo outras linhas de pensamento no que tange ao pensamento de uma crise ambiental.

conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade e o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão.

Introduzido na década de 1980 e amplamente divulgado pelo *Nosso futuro comum*, o termo desenvolvimento sustentável demorou quase uma década para ser amplamente conhecido nos círculos políticos – o que foi consolidado com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, a Rio-92 (CAMARGO, 2012). No entanto, consolida no discurso a construção de uma sociedade equilibrada no conceito de sustentabilidade, equidade e economia.

A revisão da construção do conceito de desenvolvimento sustentável desemboca na formulação de parâmetros necessários para o alcance deste, o que promoveria um ataque direto à degradação ambiental e à pobreza, e garantiria a distribuição equânime dos resultados da evolução do homem, proporcionando uma qualidade de vida adequada para todos, sem distinção, e com respeito à diversidade cultural (CHACON, 2007). Assegurar de forma enérgica a interdependência de saberes e conhecimentos para desenvolver e não para marginalizar minorias.

Nesse sentido o conceito de desenvolvimento passa a ter uma dimensão ética, sendo efeito de uma construção coletiva e consciente, que institui o que é considerado aceitável nas relações entre o homem, seus contemporâneos e as gerações vindouras.

"Os seres humanos são agentes políticos, beneficiários e juízes do progresso, sendo também direta ou indiretamente os meios primários de toda produção. Ao conceber a vida como um conjunto de atividades e modos de ser que são valiosos, nota que a qualidade da vida toma a forma de uma avaliação das efetivações humanas como capacidade de desempenhar funções em termos do enriquecimento da vida humana (...) uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer dessas efetivações reflete, por assim dizer, uma parte do estado dessa pessoa. A capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de efetivações (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar. Isso envolve uma certa concepção da vida como combinação de várias "atividades e modos de ser". A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver." (SEN apud KEINERT, 2007)

Tal fato não poderia ser diferente, tendo em vista vivermos num país com características de extrema desigualdade, que podem ser verificadas nos dados sobre uma das mais altas concentrações de renda do mundo e em sua expressão

espacial, dada a concentração geográfica da geração e da acumulação de riqueza (DOWBOR e POCHMANN, 2008).

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável mostrou que ainda não estamos prontos, que ainda prevalecem os interesses comerciais e econômicos sobre os direitos humanos e a preservação ambiental, que ainda prevalecem os interesses individuais de países ou de blocos de países. Outro grande desafio do desenvolvimento sustentável é a realidade cada vez mais detectável e incontestável de que as maiores ameaças ao *habitat* humano são globais, de modo que as diretrizes para protegê-lo e preservá-lo terão que ser globais (CAMARGO, 2012).

Segundo Ferreira Irmão et al (2006), parece abrir a possibilidade de fornecer uma arma simbólica para formular estratégias para controlar as forças destrutivas do capitalismo contemporâneo em relação ao meio ambiente e a coesão social. O conceito tem uma força unificadora que abre espaços para o planejamento global e nacional e para um papel mais expressivo do Estado na economia. Amplia a compreensão de integralidade, pois não é tarefa exclusivamente para uma geração; é um processo a ser estabelecido, que demandará compromisso e esforço de várias gerações.

Para tanto se faz necessário compreender que a partir desses novos direcionamentos o termo desenvolvimento virá atrelado ao conceito de sustentabilidade, essa enquanto resultado de um equilíbrio entre ambiente, economia e equidade, bem como ao de promover desenvolvimento humano no sentido de que tais conceitos devem, a partir de então, estar correlacionados às múltiplas dimensões da Qualidade de Vida, que segundo Keinert (2007) resulta assim associada à estilo de vida, estrutura econômica, ambiente e políticas públicas 'saudáveis'.

Conceito tão amplo que a discussão sobre as estratégias desse desenvolvimento tem diferentes aspectos amplos e complexos. O mais importante é o despertar da sociedade civil para enxergar tais aspectos, como os problemas socioambientais, econômicos, políticos, científicos, culturais e considerar a viabilidade das iniciativas públicas – privadas com ações locais, nacionais e globais. Para Irmão et al (2006), o desenvolvimento sustentável é um conceito que focaliza a qualidade de vida da população. Também é discutível se o processo produtivo estaria primordialmente e realmente interessado no bem-estar coletivo (CAMARGO, 2012).

A dimensão da sustentabilidade remete à promoção de valores de respeito à natureza, os quais, além de romperem com o antropocentrismo, procuram modelos de produção e consumo menos agressivos, mais poupadores de matérias-primas e de energia (BITOUN e MIRANDA, 2009). No entanto, afirma CAMARGO (2012), o desenvolvimento que conhecemos é questionável, uma vez que atende às necessidades humanas apenas de forma parcial e ainda destrói ou degenera sua base de recursos.

Nesse sentido, Furtado (2011, p. 61) nos dirá que:

"O conceito de desenvolvimento traduz uma íntima articulação que deve existir entre os elementos, Estado e as estruturas produtivas e distributivas, ou o Estado como promotor de mudanças estruturais na produção, acompanhadas de melhorias na distribuição de renda (...) o papel do Estado na construção das nações periféricas é o de fomentar a industrialização para superar a pobreza e o subdesenvolvimento."

O desenvolvimento sustentável está hoje no centro de todo o discurso oficial sem que haja um consenso quanto a seu real significado, quanto a como implementá-lo e mesmo quanto à possibilidade de sua implementação em âmbito global (CAMARGO, 2012). Neste contexto Chacon (2007), afirma que, promover o desenvolvimento sustentável virou moda, e um discurso ou plano político para o desenvolvimento que não contivesse essa expressão, já nos anos 1990, não teria chance de ser levado adiante.

Desse modo, observa-se que o distanciamento entre os objetivos e os resultados alcançados na adoção de políticas públicas voltadas para mitigar tamanho problema será realizado a partir da compreensão e inclusão dos territórios. Apesar de essa constatação óbvia, as políticas de fomento ao desenvolvimento local e regional, nacional e global, justificam a necessidade de rever a forma como essa relação tem sido estabelecida. É preciso pensar e redefinir conceitos em que se ajustem a formulação e a implementação de novas políticas, permitindo que as características de amplo desenvolvimento sejam manifestadas, alcançadas por políticas que buscam responder ao contexto da diversidade, sendo ela do local ao global.

De acordo com Dowbor e Pochmann (2008), afirma-se que:

"Para promover o diálogo por meio de políticas institucionais, é necessário viabilizar o perfeito entendimento entre as partes, ou seja, torna-se indispensável pensar a articulação das responsabilidades entre diversos

entes nacionais. Como foi mencionado, as traduções das "políticas" de desenvolvimento em programas nacionais não logram estabelecer um diálogo efetivo entre os diferentes entes da Federação por submeter as demandas às ofertas de políticas nacionais. Portanto, a formulação e a implementação de políticas institucionais de fomento ao desenvolvimento requerem a constituição de outra relação entre tais estruturas."

Tomando como referência a perspectiva de multidimensionalidade do processo de desenvolvimento sustentável (Sachs, 2007), salienta que incorporar a dimensão institucional, se torna essencial, pois, de acordo com Silva e Cheaz (2001, p. 5), "[...] não há desenvolvimento sustentável sem organizações de desenvolvimento sustentável".

Ainda de acordo com Dowbor e Pochmann (2008), a diversidade de intenções das experiências de desenvolvimento presente nos territórios implica a existência de uma diversidade de demandas em potencial por políticas institucionais. A oferta de políticas formuladas pelo governo central deve considerar esse quadro; caso contrário, vamos criar políticas iguais para petições diferentes.

A existência de políticas institucionais adequadas como garantia de acesso ao desenvolvimento e a concepção de objetivos a serem assumidos, tornase indispensável às fases distintas de maturação, onde cada uma dessas fases necessita de incentivo e apoio de alcance ao desenvolvimento, como também, às conquistas sociais geradas por meio das informações, intervenções e evolução das mesmas.

A sustentabilidade institucional tem como referência, em um País, Região, Estado ou Município, as políticas públicas voltadas ao meio socioambiental, com vistas a responder pelo planejamento, estratégias e ações específicas. Chama-se atenção para a importância do Estado exercer o papel central na institucionalização das ações voltada as questões socioambientais, com a perspectiva de sustentabilidade. Nesse sentido, políticas públicas ambientais seriam aquelas responsáveis por garantir a existência de um meio ambiente de boa qualidade para todos os cidadãos do país, surgindo, desse enfoque, uma série de novos desafios técnicos e sociopolíticos (Little *apud* Oliveira, 2010).

Por outro lado, Leff (2006) nos convida a reflexão de que devemos estar atentos para que as ações oriundas das Políticas para Sustentabilidade não se restrinjam tão somente ao mínimo de degradação ambiental, já que em sua compreensão, tais ações devem ter um raio de ação muito além do que a essa

esfera do manejo sustentável de cada um dos recursos naturais, como água, solo, fauna, flora e ar. Elas devem exigir não apenas ações convencionais de controle e licenciamento ambiental, mas também ações preventivas relativas aos processos de produção existentes nas atividades Econômicas. Pois, se assim não for, tais políticas ambientais continuariam sendo subsidiárias das políticas concentracionista neoliberais.

Seguindo neste contexto, Galvão (2004) afirma que, no Brasil, as iniciativas federais de desenvolvimento, sejam elas, nacionais ou regionais ainda remontam a um momento passado e seus principais instrumentos não correspondem, a critérios que privilegiam esforços no campo das ações de sustentabilidade. Apenas identificam experiências pontuais nos planos estaduais ou ações nacionais fragmentadas.

Vários processos em curso na sociedade brasileira permitem convergir para uma postura mais aberta e atenta às inovações no âmbito regional. Ou também das próprias relações federativa, cujo funcionamento, mesmo considerando-se sua base ainda precária, pode representar ativo importante para as estratégias de desenvolvimento regional (GALVÃO, 2004 apud PRADO e CAVALCANTE, 2000; ALVES, 2001).

Desta forma, o desenvolvimento sustentável não tem a finalidade de impedir o crescimento econômico, mas procura determinar atividades que sejam desenvolvidas utilizando todos os meios colocados à disposição para minimizar e mitigar o nível de degradação ambiental e marginalização sócio-política. Busca na prática, consagrar a ideia de equidade, sustentabilidade e economia sustentada no amplo desenvolvimento global e local.

3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCEITOS E DESAFIOS

O vínculo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local significa, antes de tudo, o deslocamento da centralidade e da coordenação política dos processos de desenvolvimento para esferas públicas ampliadas cuja natureza é, essencialmente, local. No qual a população se constitui em sujeito ativo que desenha o território (constrói o local) a partir do reconhecimento de suas identidades (DOWBOR e POCHMANN, 2008). Tais práticas devem ser avaliadas criteriosamente, observando as bases que sustentam essas interferências das

esferas local e global, cabendo ressaltar que identificar as potencialidades locais não significa enganar-se em valorizar tal dimensão.

Na atualidade, as relações entre o global e o local adquirem papel fundamental no desvendamento de ambos. Local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas (Benko, 1996). A ordem global é a representante dos interesses "estranhos" ao lugar e à comunidade. A ideia de estranheza, cada vez maior entre as "ações" e os lugares (neste incluindo as pessoas), torna-se imprescindível à análise do mundo de hoje (MARTINS, 2002).

Ressaltar a dimensão local diz respeito à necessidade de mudanças das condições de descentralização politica, os quais se deparam com princípios já incorporados à gestão pública, que detém uma considerável margem de manobra na estrutura desse poder estabelecido.

O processo de descentralização política não pode ser limitado unicamente a melhorar a capacidade da gestão dos recursos transferidos para os governos locais e dos programas de modernização da gestão municipal (DOWBOR e POCHMANN, 2008).

Seguindo nesse contexto Martins (2002):

"É no ambiente local que as dificuldades são identificadas, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O desenvolvimento local precisa atender as necessidades da sociedade, procurando destacar as potencialidades locais e das habilidades existentes. Propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo."

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

Do ponto de vista desses aspectos de implantação de programa de desenvolvimento territorial, Dowbor e Pochmann (2008) dizem que dois elementos são sempre enfatizados:

a) a participação/mobilização dos atores locais;

b) o fortalecimento (também conhecido pelo *empoderamento*) desses atores locais por meio de mecanismos de descentralização administrativa e financeira das políticas públicas.

Os gestores locais constroem, operam e mantêm a base econômica, social e ambiental, fiscalizam e instituem os processos de planejamento, as políticas e regulamentos ambientais locais e contribuem para a implementação dessas ações, sejam de âmbito nacional ou regional. Com o governo mais próximo da população, desempenham um papel essencial na educação, mobilização, em favor de um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Dowbor e Pochmann (2008), o desenvolvimento local deve ser visto como um instrumento para a democratização do poder e das ações governamentais de nível local, numa perspectiva de promover o fortalecimento da cidadania e com valores humanistas rumo às transformações político-sociais.

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação (MARTINS, 2002).

No entanto, a busca de controle social e poder politico centralizados fazem parte da racionalidade instalada na cultura social, como base na realidade de uma vivência cultural dominante, fazendo-nos uma sociedade estagnada e sem efetiva participação nas decisões locais, que não enxergam oportunidades de grandes mudanças de conceitos e paradigmas.

Então Küster, Hermanns e Arns (2004), ressalta como pano de fundo as constantes e progressivas agressões socioambientais nas suas várias dimensões, a preocupação com as gerações atuais e futuras suscita uma ação local que, por sua vez, possui conexão com elementos da sustentabilidade global.

Mesmo por meio da sensibilização ambiental, se consolidada em âmbito global, as percepções individuais, os valores humanos e os anseios sociais que influenciam a maneira com que cada indivíduo se posiciona em relação à questão de territorialidade.

Neste contexto, Chacon (2007), nos dirá que:

"A emergência do saber ambiental como forma de transformação só pode ocorrer com o fortalecimento das instâncias locais de poder, especialmente com a participação real de cada um, de forma consciente e comprometida, por meio de uma mobilização social e de mudanças institucionais. O acesso às informações livre de preconceitos e de falsos sonhos e mitos consumistas é imprescindível para isto" (CHACON, 2007).

De acordo com Küster, Hermanns, Arns (2004), esse desenvolvimento abre perspectivas de mudanças com base em diversos elementos, que vão desde o respeito às diferenças étnicas até ao fortalecimento dos países em desenvolvimento. E todos esses elementos contribuem para o esforço de uma construção coletiva de realidades e experiências locais, na perspectiva da Agenda 21 Local.

No Brasil, a Agenda 21 apresenta-se como um relevante instrumento eficiente com o propósito de fornecer aos municípios ferramentas (planejamento participativo) e diretrizes para a modernização socioambiental, propondo uma visão holística das dimensões do desenvolvimento local. De acordo com o Brasil (2012), este foco na promoção de Agendas 21 nos municípios foi uma escolha política consonante com a descentralização e o fomento à participação social na elaboração de políticas públicas voltadas para atender às necessidades das pessoas, onde elas residem e onde os problemas ocorrem de fato.

Todas as ações concretas que, visem o real desenvolvimento sustentável local através da identificação e implementação de um instrumento de planejamento que envolva tanto a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas locais e o debate sobre soluções para esses problemas, culminará na construção da Agenda 21 Local.

3.4 AGENDA 21 NO BRASIL

A estratégia da Agenda 21 Global é considerada de fundamental importância e está pautada no tripé: compromisso ético, mobilização social e mudança (KÜSTER, HERMANNS e ARNS, 2004). A Agenda 21 tornou-se um instrumento importante para mobilização e participação popular, na definição de prioridades e na formulação de um plano de ação para o desenvolvimento local.

Diferentes municípios começaram a se preocupar com a sustentabilidade do desenvolvimento local e iniciaram a elaboração da sua Agenda 21.

A Agenda 21 é um manual para orientar as nações e suas comunidades nos seus processos de transição para uma nova concepção de sociedade. Ela não é um tratado ou uma convenção capaz de impor vínculos obrigatórios aos estados signatários. Na realidade, é um plano de intenções não mandatório, cuja implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade (CAMARGO, 2012).

O processo integra os diversos atores sociais, políticos, econômicos, ecológicos e culturais em torno de objetivos comuns, na visão da sustentabilidade em longo prazo, e contribui para o fortalecimento da democracia local.

3.4.1 Origem da Agenda 21

Percebe-se que desde os anos de 1950-60, uma conscientização social emergiu de forma sólida no que diz respeito à gravidade dos desdobramentos desencadeados pelas demandas do desenvolvimentismo consumista do modo de produção capitalista (LEIS; D´AMATO, 1995). Diante desse cenário é que Organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas — ONU passaram a reivindicar a necessidade de preenchimento desta espécie de "vazio de poder" que surge em nível mundial, onde o papel dos Estados Nações tem sido sobreposto aos interesses das grandes corporações, que contrariam o exercício da cidadania e da conscientização social em prol do consumo. O que sinaliza uma mudança fundamental no que se refere ao papel do Estado, do mercado e da sociedade civil, onde os mesmos estão invertidos e há uma crise de valores em relação às prioridades de direitos, em que o cidadão está à margem do capital.

Verificando-se uma precarização do conjunto das condições de vida de segmentos majoritários da população, quadro esse agravado pelas reformas do Estado em suas responsabilidades sociais, o surgimento do terceiro setor e o aumento da informalidade, agravado com a grande revolução tecnológica da informação e da comunicação.

Preocupados com o cenário acima exposto, principalmente pós 1970 é que Organismos multilaterais, como a ONU, promoveram vários encontros que ocorreram com representações de todo o mundo, dentre eles, o de ESTOCOLMO

(1972), o de BRUNTLAND⁶ (1987) e a RIO/ECO 92. As reflexões presentes no RELATÓRIO BRUNDTLAND, serviram de protoformas às principais propostas levadas à Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Dos diversos documentos internacionais assinados na Conferência, destaca-se a "Agenda 21", elaborada como um plano de ação estratégica para o Desenvolvimento Sustentável Global, contando com a presença de 174⁷ chefes de governo.

A Agenda 21 é composta por 40 capítulos, dividida em sessões de áreas de intervenção, sendo elas: Sociais e econômicas; Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e Meios de implementação.

A ECO 92 tinha como slogan ambientalista "Pensar Globalmente, Agir Localmente". A agenda 21 mostrou-se como principal documento construído e pactuado neste encontro e buscou firmar um "compromisso ético e socioambiental" em prol da sustentabilidade.

A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais e internacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar (BRASIL, 2013). E devem ser convidadas e estimuladas a contribuir para a mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais, organizações não-governamentais e de outros grupos.

A partir da Rio-92, cada país assumiu o desafio de construir a sua Agenda, tendo como preocupação envolver no processo de elaboração sociedade, governo e parceiros. Após a elaboração da agenda 21 brasileira (1997-2002), uma nova demanda emerge para os estados e municípios que possuem suas potencialidades e problemas específicos e dessa forma necessitam refletir, a partir de referências locais, seus projetos de mudança. Isto não desconhece que a dimensão global é importante e não está dissociada do cotidiano das localidades (BRASIL, 2003).

_

⁶ O conceito de Desenvolvimento Sustentável, expresso no RELATÓRIO BRUNDTLAND, é aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas". CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - "Nosso Futuro Comum".

⁷ Informação retirada do Caderno de Debate Agenda 21.

Segundo Camargo (2012), com todos os problemas diplomáticos, avanços detectados, muitos retrocessos evidentes, dificuldades em chegar a acordos, em assumir compromissos e assinar tratados, a Rio+10 representou mais uma vez a dificuldade humana em cooperarmos uns com os outros em benefício de nós mesmos. E de forma particularmente desanimadora, pelos poucos resultados concretos alcançados desde a Rio-92, além da expectativa de avanços reais e significativos, novas posturas e um maior sentido de cooperação entre os países, que envolvia a realização dessa conferência.

Os processos de Agenda 21 podem acontecer em diferentes ambientes e níveis (estadual, regional, municipal, bairro) como em diferentes segmentos (empresas, atividades econômicas, escolas, associações, ONG's etc.) constituindo um grande desafio do processo participativo para despertar a sensibilidade ambiental.

A Agenda 21 Brasileira foi elaborada para ter um papel particularmente destacado na concepção e na coordenação da execução de "uma nova geração de políticas públicas", que venham a reduzir o quadro de desigualdades e discriminações sociais prevalecente no País, levando a uma melhoria dos componentes do desenvolvimento humano. Nesse sentido, a Agenda 21 Brasileira busca ser um documento que extrapola a preocupação com a dimensão eminentemente ambiental, constituindo-se então como um marco de referência para um modelo de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2012).

3.4.2 Agenda 21 Local: um caminho possível?

Segundo Furtado (2011), dentro da Agenda 21, encontraremos as Agendas 21 Locais, assim como outras práticas de participação social, que estão em específico voltadas à construção da sustentabilidade local, colocadas na perspectiva da sustentabilidade de forma mais ampliada, no sentido da inclusão de novas dimensões, sejam elas, econômica, política, social, institucional, cultural, ética e a (re)-emergência da esfera local, no contexto da modernidade pautado no desenvolvimento.

Os processos de elaboração das Agendas buscam redefinir caminhos para o desenvolvimento sustentável articulando todos os níveis e setores governamentais e sociais, facilitando a comunicação e o planejamento de novos

modelos de gestão para o bem-estar comum. Neste sentido Brasil (2011), sobre nossa Agenda, afirma que o avanço da cultura da sustentabilidade somente será possível a partir de novas formas de cooperação e diálogo entre vários atores sociais na implementação de suas ações prioritárias, que não são obra de um ou outro setor de forma isolada.

A Agenda 21 foi identificada como uma agenda de trabalho para o século XXI. Por meio dela, procurou-se identificar os problemas prioritários, os recursos e os meios necessários para enfrenta-los, bem como as metas a serem atingidas nas próximas décadas (CAMARGO, 2012).

Neste sentido, o local é percebido como espaço predileto e singular à realização da sustentabilidade, constituindo-se assim a base para a formulação da ideia de "sustentabilidade local", referenciada em uma ótica local ampliada dentre outros conceitos como democracia, participação, equidade, eficiência, cidadania, autonomia, descentralização e pertencimento, com diretrizes globais e compromissos locais (NOVAIS, 2000).

Desse modo Küster, Hermanns e Arns (2004), destacam a necessidade de investimento em uma nova racionalidade, na qual a ética, a solidariedade entre povos, redução do consumo e a não-exploração predatória dos recursos naturais sejam conquistadas, garantindo e respeitando a autonomia e as diferentes sociedades e culturas.

Há inúmeras Agendas 21 Locais em processos de construção e gestão no Brasil, como também outras iniciativas locais de desenvolvimento sustentável. A maioria de uma forma ou de outra, organiza suas atividades numa sequência lógica operacional, [...] as quais constituem o grande processo de planejamento e gestão da Agenda 21 Local (KÜSTER, HERMANNS e ARNS 2004).

Alguns Estados brasileiros, entre eles o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia, já lançaram suas Agendas 21. Outros, como Estado do Rio de Janeiro, iniciaram o processo de elaboração, mas as mudanças nos governos diluem o interesse na finalização de seus documentos (LEMOS, 2006). O caso do Estado de Minas Gerais é um bom exemplo. Em 1995, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado afirma que os programas e ações da gestão governamental tem como referência a elaboração da Agenda 21 com base nos documentos finais da Eco-92, como atividade prioritária.

De acordo com Brasil (2011), antes mesmo das Agendas 21 locais serem assumidas como política pública fomentada pelo governo federal, estes processos emergiam de forma espontânea em diferentes pontos do país motivados pela convicção de que a sustentabilidade, nas suas diferentes dimensões, é um processo de construção coletiva. Considerada como capaz de gerar mobilização, articulação e atividades integradas e participativas para a elaboração de planos e implementação de projetos, a Agenda 21 Local enfrentou o desafio de espraiar o tema da sustentabilidade e desencadear ações criativas num país de dimensões continentais, com vasta diversidade socioeconômica, cultural e biológica.

A Agenda 21 não é uma agenda exclusivamente ambiental. O conceito chave no qual a Agenda 21 é baseado no desenvolvimento sustentável que analisa as dimensões sociais, econômicas e ambientais de forma integrada e complementar, tendo em vista as relações sociais, políticas, institucionais, econômicas e ambientais (BRASIL, 2011).

Segundo Küster, Hermanns e Arns (2004), no processo de construção e avaliação da Agenda 21 Local, devem-se buscar resultados de fortalecimento da governança local, aqui compreendida como a ampliação das capacidades, tanto do lado da sociedade civil, quanto do poder governamental local, de articular, integrar, pactuar, e gerenciar politicas públicas programas e projetos em direção do desenvolvimento sustentável.

3.4.3 Rio+20: o que mudou em 20 anos e mudará daqui para frente?

Vários encontros aconteceram em momentos subsequentes no sentido de conceituar o que seria desenvolvimento, já que o conceito construído na fase desenvolvimentista - fase dos monopólios teria sido colocada em xeque desde a crise dos anos de 1970, já que a mesma atrelava desenvolvimento social a desenvolvimento econômico, o que de fato não se materializou.

Organizações multilaterais fomentaram discussões em escala global no sentido de elaborar propostas estratégicas, com o intuído de encontrar ações práticas que pudessem se não solucionar, minimizar os crescentes problemas socioambientais principalmente visíveis desde a crise de 1970 e o agravamento destes com o neoliberalismo.

Tais encontros visavam instituir um "compromisso" socioambiental em prol da sustentabilidade, de modo que fosse possível implementar um "novo" modelo de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, que redirecionasse o processo de construção das Políticas Públicas com a finalidade de fortalecer as potencialidades locais em um sentido "de baixo para cima" até alcançarem o nível global, promovendo o desenvolvimento e a superação da pobreza.

A Conferência das Nacões Unidas Para o Meio Ambiente Desenvolvimento em 1992, conhecida como Eco-92, organizou uma série de ideias que estavam no ar. Foi essencial para a conscientização do público sobre a necessidade de integrar os cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento. De lá. saíram três tratados internacionais importantes: as convenções Biodiversidade, do Clima e de Combate à Desertificação. Essas questões foram incorporadas nas agendas dos governos nacionais e se ramificaram pelos vários setores das sociedades até chegar ao nível local. Desde então, foram realizadas muitas conferências e assinados vários protocolos (Revista Análise Gestão Ambiental, 2012).

Vinte anos depois, quase nada do que foi acordado na Rio 92 foi realmente cumprido, as Agendas 21 não foram implementadas como se esperava dos governos e da população e as emissões de poluentes não diminuíram, pelo contrário, aumentaram a um nível inédito na história da humanidade, atestando que o modelo econômico dominante e as Corporações, são quem ditam as regras e barram o que vai contra seus interesses. Diferentemente do proposto na Rio 92, onde se procurava democratizar o acesso a água, a população mundial hoje sofre o desabastecimento e a escassez, mesmo assistindo a expansão do agronegócio.

Como refere Batista (2012), na matéria Desafios pós - Rio + 20 mobilizam governos, mercado e sociedade civil:

"Teremos que voltar à discussão tendo o desenvolvimento sustentável como centro, aquilo que foi consignado lá na Rio-92, quando se disse que havia uma crise ambiental planetária provocada pelo modelo de produção e consumo e que este precisa ser modificado. Isso foi abandonado na Rio+20."

Santos (2012) reporta-se, na matéria Rio+20: as críticas, que:

"Há 20 anos, a ONU teve um papel importante em alertar para os perigos que a vida humana e não humana corre se o mito do crescimento econômico infinito continuar a dominar as políticas econômicas e se o consumismo irresponsável não for controlado; o planeta é finito, os ciclos vitais de reposição dos recursos

naturais estão a ser destruídos e a natureza vingar-se-á sob a forma de mudanças climáticas que em breve serão irreversíveis e afetarão de modo especial as populações mais pobres, acrescentando assim novas dimensões de injustiça social às muitas que já existem. Os Estados pareceram tomar nota destes alertas e muitas promessas foram feitas, sob a forma de convenções e protocolos. As multinacionais, grandes agentes da degradação ambiental, pareceram ter ficado em guarda."

Na Rio + 20, a ONU e os Chefes de Estado apenas cumpriram o calendário previamente agendado, deixando de lado a revisão do que foi acordado como seus compromissos e suas responsabilidades, assumidas na Rio 92. A Sociedade civil contesta o documento final, "O futuro que queremos", e sua capacidade de mudar o cenário de degradação do ambiente e acabar com a extrema pobreza. Este documento já estava pronto, antes mesmo que os representantes dos países, da sociedade civil e das outras organizações chegassem ao Rio de Janeiro. Nele, é reafirmado o "compromisso dos governantes" com o Desenvolvimento Sustentável, onde é repetida exaustivamente a palavra "reconhecemos" em vários preceitos para um futuro melhor, porém, praticamente nada será feito, pois, os interesses do mercado ditam como o futuro deve acontecer. Uma das principais metas da Rio + 20 foi privatizar as decisões que deveriam ser dos Estados e dos Governos. "O futuro que queremos" não traz garantias de ações. não é um documento que exige mudanças, existem apenas recomendações, não há compromissos concretos firmados pelos países signatários, muito menos punições ou sanções para aqueles que deixarem de cumprir seu conteúdo. O mesmo é tímido, vago e insuficiente para guiar a humanidade rumo a Sustentabilidade.

Bonilla (2012), na matéria: Rio+20 termina sob críticas e com longa lista de promessas, refere que:

"A cúpula Rio+20 termina nesta sexta-feira com uma longa lista de promessas para avançar para uma "economia verde" que freie a degradação do meio ambiente e combata a pobreza, sob o fogo das críticas por falta de metas vinculantes e financiamento. A cúpula, a maior da história da ONU, reuniu durante 10 dias líderes e representantes de 191 países, 20 anos depois da histórica Rio-92 no Rio, que tomou decisões para combater as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a desertificação. O texto final foi elogiado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, segundo o qual se tratou de um "bom documento, uma visão sobre a qual podemos construir nossos sonhos". Mas a sociedade civil, irritada, denunciou o "fracasso" e a falta de ambição da Rio+20."

O modelo econômico, e seu "modus operandi" não foram discutidos de forma aprofundada, apenas foi reverenciada a sua nova roupagem, verde natureza, batizada de Economia Verde. Nas palavras do Presidente da Bolívia Evo Morales, a Economia Verde "privatiza a riqueza e socializa a pobreza", criando assim, mais perdedores do que ganhadores no nosso futuro comum.

Quanto a este assunto Batista (2012), menciona que:

"Não é economia verde no sentido profundo do termo, mas apenas um verniz verde" o que está sendo construído pelo mercado: "O que estão fazendo, na realidade, é gerar, na crise que está vivendo o capitalismo, oportunidades que absorvem o elemento verde como valor de mercado. Isso é muito limitado e perigoso, pois a defesa da sustentabilidade do planeta vai além dos mecanismos de mercado. Se a ONU mantiver essa agenda bastante rebaixada da economia verde e tentar apenas encarar o problema de como salvar as corporações, a crise ambiental não vai se resolver. Ao contrario, vai se agravar."

De acordo com a ONU, a Economia Verde pode ser definida como aquela que resulta em melhoria do bem-estar das pessoas devido a uma maior preocupação com a equidade social, com os riscos ambientais e com a escassez dos recursos naturais. Muito se discute sobre essa nova economia, e muitos pesquisadores acreditam que a economia verde requer um novo marco teórico (MENEGUIN, 2011).

Nesta mesma discussão Santos (2012) reporta que:

"O resultado está espelhado nos documentos preparados pela ONU para a Conferência Rio+20. Neles recolhem-se informações importantes sobre inovações de cuidado ambiental, mas as propostas que fazem resumidas no conceito de economia verde são escandalosamente ineficazes e até contraproducentes: convencer os mercados (sempre livres, sem quaisquer restrições) sobre as oportunidades de lucro em investirem no meio ambiente, calculando custos ambientais e atribuindo valor de mercado à natureza. Ou seja, não há outro modo de nos relacionarmos entre humanos e com a natureza que não seja o mercado. Uma orgia neoliberal."

Nosso recurso mais escasso atualmente é o tempo, estamos correndo contra o mesmo, tentando reverter as iniquidades cometidas ao longo dos anos em que acreditávamos estar caminhando para um desenvolvimento abrangente e inclusivo, pautado na igualdade do consumo.

Batista (2012), salienta que:

"O melhor caminho para enfrentar essa crise ambiental é utilizar os mecanismos já aprovados pela ONU, como a Agenda 21, o Protocolo de Kyoto e as convenções de Mudanças Climáticas, Diversidade Biológica, Água e Desertificação: "Não é preciso inventar muita coisa, o maior déficit é de implementação. E aí, é preciso ter uma governança ambiental que aponte para isso e não simplesmente para uma economia capitalista pintada de verde. Uma governança com um órgão ambiental mundial forte, capaz de constranger os governos que não querem colocar em prática aquilo que eles mesmos acertam".

Esses encontros ambientais são iniciativas a fim de se dinamizar o desenvolvimento, no entanto essa opção não substitui as políticas locais nem resolve os problemas globais. Não é condição satisfatória, mas necessária. A racionalização mais ampla passa por milhares de soluções adequadas e inteligentes de nível local. E uma dessas soluções é, sem dúvida, a mobilização político-social em prol da sustentabilidade mundial.

3.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Cooperação é a chance de construir, por meio de estratégias, instrumentos e ferramentas, um futuro melhor, de vislumbrar políticas de combate à desintegração da sociedade civil organizada, através da integração e reintegração de todos.

A participação se concretiza quando permite que os sujeitos, independentes de sua raça, inserção ou classe social, façam parte das decisões que lhes dizem respeito, seja nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos (ALVES, 2013).

É um direito constitucional garantido pela Constituição de 1988, o acesso a informações. O art. 5º em seu inciso XXXIII dispõe que: "...todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse pessoal ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Com a finalidade principal de servir como instrumento de garantia de participação popular e de uma gestão mais democrática das políticas e dos serviços

públicos, envolvendo o planejamento e o acompanhamento da execução dessas políticas e serviços públicos, tanto por parte da sociedade como da gestão pública.

Essa participação social é um processo decisório, que garante acesso aos recursos, à reorganização da participação, as políticas públicas voltadas para o reequilíbrio social, e a gestão intermunicipal – formando um conjunto de iniciativas descentralizadas e dispersas no território, fundamentais para o processo de mudança.

Assim, operacionalizar a participação social como um método de governo, significa considerar a grande heterogeneidade dos processos políticos e decisórios, dos mecanismos participativos existentes e do alcance pretendido com a participação a partir de uma perspectiva de ampliação democrática (EVANS, 2012 apud SEGEP, 2013).

A internalização da participação social nos processos de construção da Agenda 21 e na estruturação de políticas públicas nos diferentes níveis de governo é uma ação fundamental para alcançar a sustentabilidade no País.

A cidadania deliberativa pressupõe a inexistência de privilégios nos processos decisórios originados do poder público e dos agentes econômicos (TENÓRIO, 2012).

Ainda sobre esse contexto a Secretaria de Gestão Pública – SEGEP (2013), diz que:

"O aprofundamento da democracia no Brasil tem exigido dos órgãos e entidades públicas a adoção de modelos de gestão que ampliem a sua capacidade de atender, com mais eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade brasileira. Não obstante os significativos avanços alcançados nos anos recentes, a Administração Pública ainda necessita aperfeiçoar seus sistemas e tecnologias de gestão, com vistas à prestação de serviços públicos de melhor qualidade".

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem consequência sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas (DÍAZ; BORDENAVE, 1994).

"A gestão social não pode obedecer a uma organização hierárquica, militar, com regras e ordens rígidas impostas de cima para baixo. A ideia de gestão social aproxima os temas da participação e democracia da questão da reforma do Estado e da ampliação da noção de espaço público. Nasceram assim ao longo da última década, vários elementos, órgãos e projetos ligados à noção de gestão social, tais como conselhos, fóruns, câmaras setoriais, orçamento participativo, etc." (ALVES, 2013).

Simplificar a vida do cidadão e ampliar a capacidade de atendimento do governo às demandas da sociedade em geral, com qualidade e eficácia, são dois desafios centrais da Administração Pública Brasileira. Para superá-los, requer-se mobilização, orientação e adequada instrumentalização de lideranças e servidores públicos para o investimento contínuo e crescente na melhoria e na inovação dos serviços públicos (BRASIL, 2013).

Não obstante, objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo (MARTINS, 2002).

A participação social é uma categoria que definitivamente se incorporou aos processos de discussão em torno das políticas públicas, sendo considerada como um elemento fundamental para a democratização da gestão dessas políticas, aproximando-as dos cidadãos.

As diretrizes constitucionais de participação da sociedade nas decisões governamentais, especialmente nas políticas sociais, foram efetivadas a partir de 1988 por meio da concepção e implementação de mecanismos institucionais de participação (conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos, etc.), que buscavam operacionalizar princípios da democracia participativa consagrados na Constituição (BRASIL, 2013).

A respeito do surgimento da Gestão Social e Participativa no Brasil, Alves (2013) destaca:

"A história da formação política e social do Brasil está marcada por rupturas da ordem institucional sobre diversos aspectos, como o advento do Estado Novo e a ditadura militar. Políticas clientelistas e patrimonialistas, arraigadas à cultura nacional, ainda constituem um grande desafio a ser superado na defesa dos direitos de cidadania da grande maioria da população. Nesse contexto, práticas autoritárias e espoliativas ainda povoam o Estado de Direito Democrático, amparadas por um sistema político-partidário que privilegia os chamados grupos dominantes da sociedade brasileira. Para esses grupos, detentores do poder de decisão, pode-se transigir com

quaisquer valores ou crenças, menos com a preservação da ordem social fundada na desigualdade. Tais grupos disfarçam suas verdadeiras intenções atrás de discursos atualizados" (Alves 2013 p.28).

O processo de descentralização das políticas públicas iniciou-se no país, com a retomada do processo de redemocratização proposto pela Constituição Federal de 1988, o município ganhou força e autonomia para poder administrar suas secretarias com menor interferência do estado ganhando também mais recursos financeiros, que também seriam repassados diretamente para os cofres da prefeitura. A Constituição Federal tentou promover no país uma maior distribuição das competências administrativas, dando maior autonomia aos entes federados na formulação de suas políticas fiscais e sociais (FARIAS, 2011).

O termo "gestão social", de acordo com Carrion & Callou (2008), se refere a uma gestão centrada no processo de desenvolvimento com proteção da vida, preservação do meio ambiente, atendimento das necessidades e desenvolvimento das potencialidades humanas. Neste processo o Estado, sem perder a centralidade, deixa de ter o monopólio do poder para – juntamente com a Sociedade Civil – planejar, traçar diretrizes e tomar decisões capazes de potencializar as riquezas em sentido amplo, do local.

Refletindo sua própria complexidade, a participação expandiu-se, no campo da gestão pública, tanto por pressão de grupos e de indivíduos quanto por iniciativa dos governos: tornou-se, ao mesmo tempo, uma demanda social e uma resposta governamental (NOGUEIRA, 2011).

O capital social, constituído pelos níveis e confiança, pela capacidade de associatividade, a consciência cívica e os valores éticos predominantes, é da mais alta relevância para o desenvolvimento e para a democracia. Os estudos realizados nos últimos anos demonstram que ele influencia as taxas de crescimento econômico, traz melhorias para a governabilidade democrática, incide favoravelmente na qualidade dos serviços públicos e no nível das escolas, gera aumento na expectativa de vida (SEN e HLIIKSBERG, 2010 apud Coleman, 1988; Kawachi, et al., 1997; Knack e Keffer, 1997; Putnam, 1993; McLaren e Baird, 2006; Tarrow, 1996).

O mais importante recurso no processo de desenvolvimento são as próprias pessoas e, (...) além da necessidade "econômica" da participação, há também um reconhecimento da necessidade "política" da mesma, no sentido de que

as estratégias altamente centralizadas têm fracassado na mobilização (...) e no desenvolvimento da iniciativa própria para tomar decisões em nível local (DÍAZ BORDENAVE, 1994).

A participação deve ser de permanente intervenção na realidade, para transformá-la e sustenta-la, construindo e dando continuidade ao processo da gestão social, de forma cíclica. E assim, cada ciclo torna-se mais participativo, integrado e sistêmico para obtenção da sustentabilidade territorial.

A Constituição Federal de 1988, consolida direitos e a prever, a participação cidadã na formulação, implementação e controle social das políticas públicas. Seguindo neste contexto SEGEP (2013) diz que em especial os artigos 198, 204 e 206 da Constituição deram origem à criação de conselhos de políticas públicas no âmbito da saúde, assistência social e educação nos três níveis de governo. Tais experiências provocaram a multiplicação de conselhos em outras áreas temáticas e níveis de governo.

3.5.1 Os Conselhos Municipais.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo federal, estadual e municipal.

Sobre este aspecto Farias (2011) nos dirá que:

"Dados mais recentes, retirados da Pesquisa de Informações Básicas do IBGE, contento os resultados das pesquisas realizadas em 2009 sobre a existência e funcionamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente - CMMA (porcentagem total), grande parte dos Conselhos de Meio Ambiente apresentam caráter Paritário e Consultivo, seguindo esta singularidade outros 2.531 Conselhos são de caráter deliberativo dando a impressão que as ações dos Conselhos de Meio Ambiente cada vez mais se afastam de caráter mais prático e de maior poder decisório do que é deliberações reuniões levado para nas conselhistas. aproximadamente 45% dos Conselhos apresentam caráter Normativo e Fiscalizador, caráter estes que são os responsáveis pela execução das decisões tomadas pelo CMMA."

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a

cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas (BRASIL, 2014).

Os conselhos municipais, como espaços institucionais, trazem formas de democratizar as decisões, como bem coloca Alves (2013):

"Tratando-se dos "espaços institucionais", criados tanto na esfera estatal quanto na esfera publica não estatal, os mesmos se apresentam como formas privilegiadas de tornar as decisões mais inclusivas, democráticas e efetivas". (Alves, 2013 p.43)

O Conselho Municipal é um órgão criado para representar um espaço destinado a colocar em torno da mesa diversos seguimentos, exemplo disso, os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções. De acordo com Holanda (2009), a formalização dos Conselhos como vias para a gestão de políticas públicas, são espaços que conquistam relevância crescente no ambiente público da sociedade brasileira.

Desse modo o Conselho Municipal tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. Nos assuntos de sua competência, é também um fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo (BRASIL, 2014).

O papel dos conselhos distribuídos por todo o país tem sido profundamente discutido. De acordo com Abramovay (2001), o potencial transformador dos conselhos, e os ganhos decorrentes para a democracia, são reconhecidos quase que de modo unânime entre as pesquisas (HOLANDA, 2009 apud ABRAMOVAY 2001).

Quando discorremos sobre conselhos de políticas públicas logo vem à necessidade de transparência para possibilitar maior fiscalização. A participação do povo engloba a ideia de um controle social. Em razão de tanta divulgação destas questões implicam na possibilidade de um controle social. No entanto, assiste-se nos dias atuais tão somente a uma rudimentar implementação de algumas formas de participação popular no Brasil, sendo esta de fato a verdadeira prática de cidadania.

Peculiarmente, um "segmento" destes conselhos, os de meio ambiente, foi envolvido em questões distintas dos demais (os de educação e saúde, como exemplo), estes conselhos se tornaram instâncias deliberativas voltadas para o exame de projetos do poder executivo e do setor privado, que impliquem em problemas e impactos ambientais, e para a constituição de fóruns de disseminação de informações ou de construção coletiva de conhecimento na área, entre outras funções, prevendo, ainda, a participação da sociedade civil em seu colegiado (FARIAS, 2011).

A necessária participação popular em uma democracia também é apontada na participação direta da sociedade na gestão municipal e da eficiência e da efetividade das políticas públicas descentralizadas. Entende-se que papel do Conselho deve, necessariamente, envolver e mobilizar a população do município. Tendo acesso às informações necessárias, os cidadãos saberão de seus direitos e deveres e se sentirão mais responsáveis pela qualidade do lugar em que vivem.

4. VIVÊNCIA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS

Com alegria e grandes expectativas, fui indicado pela Universidade Federal do Cariri – UFCA, para representar a comunidade acadêmica em Conselhos Municipais da cidade de Juazeiro do Norte, pois, teria a oportunidade de vivenciar a minha pesquisa *in loco,* formalmente e oficialmente. Tal vivência me trouxe experiências inesquecíveis, outras nem tanto, como a minha decepção com os Conselhos, no qual acreditava que eram a melhor expressão de Cidadania Ativa e Participação Social.

Sua finalidade principal é servir de instrumento para garantir a participação popular, o controle social e a gestão democrática das políticas e dos serviços públicos, envolvendo o planejamento e o acompanhamento da execução dessas políticas e serviços públicos (SEGEP 2013).

Os mecanismos de conselhos de participação social, tem se mostrado, diante da minha percepção como Conselheiro Suplente ativo em dois conselhos (Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE e Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social – COMHIS) e como ouvinte, com direito a expressar, porém sem direito a voto no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, representando o poder público através do Assento da Universidade Federal do Cariri – UFCA, do Município de Juazeiro do Norte, como um mecanismo pouco eficiente de Participação Social, pois, as estruturas basilares destes conselhos se mostraram falhas a começar pela composição, uma vez que os assentos são indicados pelos Presidentes destes conselhos, que por sua vez, são os Secretários das Secretarias correspondentes aos respectivos conselhos.

Assim, não percebi independência de opinião ou decisão daqueles que compunham tais conselhos, pois estavam ocupando os assentos por indicação da classe ou categoria da qual representam e as mesmas apenas estavam ali por indicação.

O formato institucional de cada conselho e a forma de organização e resultados esperados com a realização de processos de conferência, por exemplo, são muito diversos, resultando em diferentes capacidades de influir nas decisões do Estado e na formulação e monitoramento de políticas públicas (Ciconello, 2012 apud SEGEP, 2013).

Várias lutas sociais a partir do final dos anos 80 (movimento sanitarista, movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, assistência social, reforma urbana, meio ambiente) direcionaram suas energias para a construção e defesa de políticas públicas universais e garantidoras dos direitos humanos por meio da criação de sistemas descentralizados e participativos nas políticas públicas (CICONELLO, 2012 apud SEGEP, 2013).

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, veio a consolidar direitos e a prever, em diversos dispositivos, a participação do cidadão na formulação, implementação e controle social das políticas públicas. Em especial os artigos 198, 204 e 206 da Constituição deram origem a criação de conselhos de políticas públicas no âmbito da saúde, assistência social e educação nos três níveis de governo. Tais experiências provocaram a multiplicação de conselhos em outras áreas temáticas e níveis de governo (BRASIL, 2013).

Os Conselhos de Políticas Públicas são definidos por Siraque (2009: 128) como "instrumentos concretos de partilha de poder entre os governantes e a sociedade para a democratização da elaboração e gestão das políticas públicas, servindo de mecanismos de controle social das atividades estatais." Moroni (2009: 114-115), por sua vez, entende o conselho de políticas públicas "como espaço fundamentalmente político, institucionalizado, funcionando de forma colegiada, autônomo, integrante do poder público, de caráter deliberativo, composto por membros do governo e da sociedade civil, com as finalidades de elaboração, deliberação e controle da execução das políticas públicas" (SEGEP, 2013).

As decisões, naquilo que tange ao acatamento ou não do resultado por quem tem a capacidade de execução da decisão, poderão ser de caráter deliberativo ou consultivo. As decisões deliberativas são aquelas decisões de acatamento obrigatório pela autoridade responsável pela execução da decisão, portanto geram direitos públicos subjetivos passíveis de reivindicação judicial por qualquer interessado (....). As atividades dos conselhos estão sujeitas a controle institucional e social (SIRAQUE, 2009 apud BRSIL, 2013).

Presente nas três esferas de governo, funcionando em forma de sistema descentralizado (MORONI, 2009: p.114). "Como canais institucionalizados de participação, os conselhos marcam uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade e instituem uma nova modalidade de controle público sobre a ação

governamental e, idealmente, de corresponsabilização sobre o desenho, monitoramento e avaliação de políticas (SEGEP, 2013).

Podem, dessa forma, serem considerados como instrumentos de accountability societal. Tem-se como base analítica que os conselhos podem ser vistos como mecanismos de participação e agentes de accountability, ao se apresentarem como canais de vocalização e como instâncias de formulação de políticas e de acompanhamento do desempenho do governo e de controle, por parte da sociedade, de seus atos" (CARNEIRO Y COSTA, 2001 apud SEGEP 2013).

Segundo dados mais recentes, retirados da Pesquisa de Informações Básicas do IBGE, contento os resultados das pesquisas realizadas em 2009 sobre a existência e funcionamento dos CMMA (porcentagem total), grande parte dos Conselhos de Meio Ambiente apresentam caráter Paritário e Consultivo, seguindo esta singularidade outros 2.531 Conselhos são de caráter deliberativo dando a impressão que as ações dos Conselhos de Meio Ambiente cada vez mais se afastam de caráter mais prático e de maior poder decisório do que é levado para deliberações nas reuniões conselhistas, onde aproximadamente 45% dos Conselhos apresentam caráter Normativo e Fiscalizador, caráter estes que são os responsáveis pela execução das decisões tomadas pelo CMMA (FARIAS, 2011).

Os conselhos podem desempenhar conforme o caso, funções de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria (CGU; 2008):

- ✓ A função fiscalizadora dos conselhos pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes;
- ✓ A função mobilizadora refere-se ao estímulo à participação popular na gestão pública e às contribuições para a formulação e disseminação de estratégias de informação para a sociedade sobre as políticas públicas;
- ✓ A função deliberativa, por sua vez, refere-se à prerrogativa dos conselhos de decidir sobre as estratégias utilizadas nas políticas públicas de sua competência;
- ✓ A função consultiva relaciona-se à emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos que lhe são correlatos.

A constituição dos conselhos segue as disposições da PNMA e a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Estes órgãos se configuraram, com maior ou menor

importância, nos espaços mais democráticos do município para que houvesse uma aproximação da sociedade com as questões ambientais locais, devendo ser preenchidos por representantes das camadas da sociedade, do executivo e do setor privado que pudessem estar implicados na resolução de problemas das esferas educacional e ambiental.

Os Conselhos de Municipais de Meio Ambiente (CMMA), instâncias deliberativas voltadas para o exame de projetos do poder executivo e do setor privado, que impliquem em problemas na esfera educacional e impactos ambientais, se tornaram fóruns de disseminação de informações, de construção coletiva de conhecimento na área e de participação da sociedade civil em seu colegiado.

O início da descentralização da gestão ambiental já podia ser vislumbrado em pequenas ações do governo federal, entretanto, com muitas limitações e pouca efetividade, pois estas eram controladas pelo Governo Federal por intermédio do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) centralizando os recursos e as ações para o meio ambiente.

O processo de descentralização das políticas públicas iniciou-se no país, com a retomada do processo de redemocratização proposto pela Constituição Federal de 1988, o município ganhou força e autonomia para poder administrar suas secretarias com menor interferência do estado ganhando também mais recursos financeiros, que também seriam repassados diretamente para os cofres da prefeitura. A Constituição Federal tentou promover no país uma maior distribuição das competências administrativas, dando maior autonomia aos entes federados na formulação de suas políticas fiscais e sociais (FARIAS, 2011).

Além da criação do CMMA, os municípios assumiram o compromisso de desenvolver os projetos e propostas da Agenda 21, o que também delegaria a criação de uma infra-estrutura básica para seu funcionamento. O Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) são os responsáveis pelo financiamento para implantação da Agenda 21, o MMA, através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, está a disposição de qualquer município para dar as orientações técnicas, acompanhamento e materiais.

A Agenda 21 é construída em parceria com todas as esferas e grupos, sejam instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada. Mas são as prefeituras que devem promover discussões, organização, implementação e monitoramento da Agenda 21.

Peculiarmente, um "segmento" destes conselhos, os de meio ambiente, foi envolvido em questões distintas dos demais (os de educação e saúde, como exemplo), estes conselhos se tornaram instâncias deliberativas voltadas para o exame de projetos do poder executivo e do setor privado, que impliquem em problemas e impactos ambientais, e para a constituição de fóruns de disseminação de informações ou de construção coletiva de conhecimento na área, entre outras funções, prevendo, ainda, a participação da sociedade civil em seu colegiado (FARIAS, 2011).

Porém, essa participação é questionada nos estudos de Souza (2008) et al, pois a constituição dos CMMAs não refletiria evolução das práticas democráticas, com a representação popular podendo interferir na promoção da justiça ambiental. Aliado a este pressuposto, os conselhos seriam organizações de fachadas e legitimadoras das práticas capitalistas depredadoras e degradadoras do meio ambiente.

Ainda de acordo com Farias (2011), dentre as atribuições delegadas a estes conselhos, destacamos o caráter de promoção participativa nas decisões políticas e na tentativa de transparecer estas decisões, porém, percebemos que nem sempre a descentralização das políticas públicas se configurou em um benefício para a população e como observado nos estudos de Souza (2003) e Gohn (2004), as políticas são mal planejadas e as verbas consequentemente são mal aplicadas e desviadas.

A existência dos CMMAs é prevista em Lei, entretanto, grande parte dos municípios não os criam, alegando incapacidade técnica-administrativa para fazê-los funcionar. Outros municípios criaram os seus conselhos somente para atendimento ao previsto na Lei Orgânica Municipal (LOM), sendo estes completamente inoperantes e insignificantes no seu propósito, sendo chamados de "conselhos de papel" (FARIAS, 2011).

Nas pesquisas de Alcântara (2006) entre outras, que tratam dos CMMAs, encontramos aspectos singulares que caracterizam os tais conselhos. Em determinados momentos, eram visualizados os interesses nocivos do poder econômico a favor do interesse público, ora mostrando a descontinuidade no processo de implementação da PNMA ou até mesmo no caráter estratégico que o conselho exerce para forçar segmentos mais estanques das administrações públicas a terem visão de maior abrangência (FARIAS, 2011).

Provando através da matemática simples de que uma vez que os conselhos são formados por 50% de representação governamental e 50% de Sociedade civil, mostra-se quase impossível que os interesses da sociedade consigam obter maioria em quaisquer votações, partindo do pressuposto de que a "representação" da sociedade civil são lideres de categorias, os mesmos representarão os interesses de suas categorias e não da sociedade civil como um todo.

O entrevistado F, que compõe assento governamental, destaca que houve convocações, mas que as instituições é que não compareciam e que por isso nunca havia coro, que é 50% mais um, para aprovação do que não se tinha interesse em se aprovar.

"(...), se manifestou sim, e por diversos momentos (...) Eles tinham interesses, mas assim, os interesses públicos eles tem que ser coletivos, eles não tem que ser individuais. Todos tem que ter interesse, não apenas uma pessoa ou outra. Eu acho que, havia pessoas que tinham interesses, sempre houve e sempre vai haver, agora é preciso que todos tenham o mesmo pensamento. Que aí, é quando é uma ação conjunta facilita a questão de convites, de chamar, de fazer mobilizações sociais e as pessoas aceitarem e quererem participar, porque as pessoas precisam se sentirem parte daquilo para participar. E quando não se sente não vêm, não adianta. Então, isso é gestão. (...), havia convocação, não havia o comparecimento. Eu acompanhei na gestão anterior, um ano e dois meses, (...), houve convocações, sempre houve, agora as instituições é que não compareciam e aí, aquela coisa, tem que substituir membros. Então, assim sempre tinha mas nunca dava o suficiente para ter o coro(...) que é 50% mais um, eu acredito que seja dessa forma, mas aí o regimento diz o que é mínimo."

Também foi percebido, através desta vivência, que a forma de discussão das pautas, que chegam através das coordenações, já traz os assuntos que serão abordados ali, de acordo com a sua conveniência, apresentando as propostas à sociedade, de uma forma que aparentam serem soluções para os problemas do Município, legitimando suas vontades e interesses através de votação, desde que consigam obter a maioria nas votações, por meio de persuasão, para que os conselheiros previamente escolhidos votem a favor do que está sendo deliberado, conseguindo 50% + 1, mesmo que os técnicos representantes da sociedade civil, das academias e outras representações, apresentem provas técnicas de que o que

está sendo apresentado em tal conselho, não representa a solução mais racional e viável nem contempla os interesses da sociedade.

A falta de uma movimentação para a criação dos Conselhos Municipais e para o bom funcionamento dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (CODEMA) gera uma deficiência nas articulações do sistema, não garantindo assim maior participação e controle social nos processos de tomada de decisão e na gestão ambiental (FARIAS, 2011).

Além destas formas de funcionamento, os conselhos também já apresentaram, em situações, certa independência em relação às suas decisões, porém, esbarravam no interesse das Gestões Públicas Municipais, que eram responsáveis pelas execuções do deliberado, muitas vezes os chefes dos executivos e gestores, não tendo o conselho força para sustentar uma denuncia, ficando os anseios e interesses da Sociedade Civil em último plano, não atendendo assim, sua função de Participação Social.

4.1 CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

Buscando compreender como se deu o processo de implementação da Agenda 21 no Município de Juazeiro do Norte e o porquê da interrupção no processo de formação do Fórum Permanente, essencial para construção da Agenda 21 Local, busquei o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, que tem sua sede no Parque Ecológico das Timbaúbas (Figura 17), onde supunha que a Universidade Federal do Cariri – UFCA possuía assento.

A Lei Nº 1433, 13 de abril de 1989. DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Que dispõe em seu Art. 2º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão de deliberação coletiva, com participação paritária entre representantes do Poder Municipal e da Sociedade Civil, tem por objetivo definir diretrizes da política municipal do meio ambiente.



Figura 17 - Entrada do Parque Ecológico das Timbaúbas

Fonte: Arquivo do autor (2014)

O COMDEMA funciona através de reuniões que acontecem na ultima quarta-feira do mês para reuniões ordinárias e sempre que necessário em reuniões extraordinárias previamente agendadas a pedido dos membros do Conselho ou convocação do Coordenador ou ainda do Secretário de Meio Ambiente, sendo este o Presidente do COMDEMA.

Em sua Lei de criação, a constituição e composição do Conselho, destaca-se em seu **Art.** 5º - Integram o Plenário do COMDEMA, nove (09) representantes governamentais e nove (09) representantes não governamentais com seus respectivos suplentes, cuja composição será estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de trinta (30) dias.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, Órgão do Sistema Municipal do Meio Ambiente, será presidido pelo Secretário da SEMASP, que nomeará um secretário, dentre as entidades que compõem o COMDEMA, que nas faltas e impedimentos do Presidente o substituirá.

Em seu REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA DE JUAZEIRO DO NORTE, CE, CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE, descreve em seu Art. 1º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, instituído pela Lei Municipal Nº 1.433, de 13 de Abril de 1989, é órgão colegiado, de composição

paritária, entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter permanente, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo, no âmbito de sua competência, ficando responsável pela elaboração, coordenação e fiscalização da Política Ambiental do Município.

Parágrafo Primeiro - O conselho tem seu funcionamento regulado por este Regimento Interno, elaborado conforme a Lei Nº 3450, de 25 de maio de 2009, que altera a Lei Nº 1.433, sendo aprovado por seus membros em reunião Ordinária realizada em 13 de agosto de 2009.

Dos principais assuntos abordados durante a vivência deste pesquisador com o Conselho foram a aprovação de um Aterro Sanitário da iniciativa privada, que mesmo tendo alguns conselheiros levado para as reuniões leis, regimentos, mapas e laudos técnicos que desaprovavam o empreendimento, o mesmo foi aprovado.



Figura 18 - Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Foi também discutido exaustivamente a implementação de diversos equipamentos de lazer dentro do Parque Ecológico das Timbaúbas, tendo os conselheiros levado para as reuniões, mais uma vez, leis, regimentos, mapas e laudos técnicos que desaprovavam a construção destes, pois, os impactos ambientais seriam irreversíveis, e novamente, o projeto foi aprovado, apesar do manifestado por parte dos conselheiros.

Para a construção desta Dissertação, as Atas foram importantes para evidenciar e caracterizar a forma como é constituído o COMDEMA, em sua essência de assentos representativos. Porém, as mesmas não estão disponíveis na Coordenação do Conselho e na Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos – SEMASP (Figura 18), onde está atualmente lotado o Conselho. Ninguém nestes lugares sabia onde estavam e pior, foi dito que a gestão anterior "perdeu" tais Atas. Assim, vemos que o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, uma instituição pública, de interesse fundamental para o Município de Juazeiro do Norte, para as estratégias de proteção da natureza diante da expansão e do crescimento da cidade, está à mercê das mudanças de partido e de gestão, onde a responsabilidade sobre a coisa pública fica relegada a mudança de humor e interesses dos "donos do poder".



Figura 19 - Reunião do COMDEMA

Fonte: Arquivo do autor (2014)

O acesso a informação é um direito constitucional garantido pela Constituição de 1988. O art. 5º em seu inciso XXXIII dispõe que: "... todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse pessoal ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Porém, este pesquisador, depois de muito procurar, investigar e conversar com pessoas ligadas ao COMDEMA, conseguiu documentos e Atas que evidenciam alguns dos apontamentos das entrevistas.



Figura 20 - Reunião do COMDEMA

Fonte: Arquivo do autor (2014)

Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA), instâncias deliberativas voltadas para o exame de projetos do poder executivo e do setor privado, que impliquem em problemas na esfera educacional e impactos ambientais, se tornaram fóruns de disseminação de informações, de construção coletiva de conhecimento na área e de participação da sociedade civil em seu colegiado (FARIAS, 2011).

Para entender de forma ainda mais completa o porquê da não implementação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte, necessitamos do fator humano, sua afetividade e percepção diante das experiências com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, assim, foram entrevistadas 13 pessoas ligadas ao COMDEMA, estes Conselheiros, Ex-Conselheiros, Coordenadores, Ex-Coordenadores e Ex-Secretários Municipais de Meio Ambiente sendo a entrevista, de pergunta única e imparcial, dando liberdade e deixando à vontade os entrevistados, para relatarem suas experiências e vivências diante do mesmo (Figuras 19 e 20). Foram identificados nas categorias de assento paritário

governamental e não governamental, trazendo luz aos nossos questionamentos. Tais entrevistas foram divididas nas seguintes categorias de análise:

✓ A Agenda 21 não ter força de lei

Dowbor e Pochmann (2008), destacam que o esforço de produção de uma política nacional é, antes de tudo, o reconhecimento de que o Estado tem um papel fundamental nesse item. O livre jogo do mercado transforma as regiões em algo amorfo, mero receptáculo das decisões otimizadoras dos agentes econômicos. A concentração é um requisito do capitalismo global, portanto cabe ao Estado contrapor-se a tal tendência, reconstruindo espaços de articulação entre a economia e o território.

O entrevistado G, que ocupa assento governamental, acredita que, por a Agenda 21 não ter saído em forma de lei, faltou pressão para que os governos municipais pudessem fazer essa implementação, que deveria partir das lideranças públicas e do poder executivo. Relativo ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

"Eu acredito que infelizmente, inicialmente a Agenda 21 não saiu em forma de lei, e isso nos deixou vulneráveis para que o governo municipal pudesse fazer essa implementação, que deveria partir das lideranças públicas mesmo, do poder executivo mesmo. E relativo ao conselho, Conselho de Defesa do Meio Ambiente eu já participo a algum tempinho aí, dois anos, três anos, acho que até quatro anos mesmo. E a gente percebe, que inicialmente a gente começa com todo gás, com alguns debates e as discussões, mas infelizmente por muito tempo isso foi morrendo".

De acordo com Farias (2011), No que diz respeito aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, embora tenha sido criado através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, não há nenhuma Lei federal regulamentando a obrigatoriedade de sua criação nos municípios, e políticas ambientais dependem do exercício de habilidades específicas e de competências técnicas e administrativas.

Contudo, afirma Faria (2011), não podemos deixar esquecer que na criação destes conselhos a participação social não foi requerida, não surgindo de uma manifestação pública por maior participação democrática na formulação das políticas setoriais, sendo formados verticalmente por iniciativa do Governo Federal

simplesmente em observância as leis e não às necessidades de democratização da gestão pública.

A Prefeitura deve fornecer todas as condições para o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Por isso, convém que antes da sua criação seja instalado o órgão ambiental municipal. Este órgão deverá ter capacidade técnica suficiente para dar apoio, inclusive administrativo, ao funcionamento do Conselho. Cabe ainda ao Executivo municipal colocar em prática as decisões do Conselho para que este se torne um efetivo instrumento de promoção de qualidade ambiental no município (BRASIL, 2012)

Os conselheiros municipais de meio ambiente são pessoas que agem de forma voluntária em benefício da melhoria da qualidade de vida e, portanto, não recebem pagamento pelos serviços prestados (BRASIL, 2012).

O Conselho não tem a função de criar leis. Isso compete ao legislativo municipal, ou seja, à Câmara de Vereadores. Mas pode sugerir a criação de leis, bem como a adequação e regulamentação das já existentes, por meio de resoluções, quando isso signifique estabelecer limites mais rigorosos para a qualidade ambiental ou facilitar a ação do órgão executivo.

O Conselho não tem poder de polícia. Pode indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, mas não exerce diretamente ações de fiscalização (BRASIL, 2012).

✓ Agenda 21 precisa envolver toda a sociedade e promover uma revolução nos hábitos

Segundo Küster, Hermanns e Arns (2004), no processo de construção e avaliação da Agenda 21 Local, devem-se buscar resultados de fortalecimento da governança local, aqui compreendida como a ampliação das capacidades, tanto do lado da sociedade civil, quanto do poder governamental local, de articular, integrar, pactuar, e gerenciar políticas públicas programas e projetos em direção do desenvolvimento sustentável.

O entrevistado L, ocupante de um assento governamental, relata que não vamos ter um ambiente promissor para as gerações futuras, já que isso é uma questão mundial e não adianta apenas o município fazer, porque ela mexe com

mudanças de hábitos, de projetos, de infraestrutura, de mudança de mentalidade, de ações governamentais, de intervenções do poder público, de oposição a interesses poderosíssimos.

"A Agenda 21, (...) não adianta apenas envolver Conselho, envolver Secretaria, ela é como se houvesse e tivesse que fazer uma revolução nos hábitos e na forma de crescimento do país. Tudo isso que falei para você cabe dentro da Agenda 21. Por isso, que a Agenda 21 não prosperou, porque vai contra todos os interesses que se possa imaginar. Ela, teoricamente, é uma maravilha, você pode discutir, consolidar, mas na realidade prática ela não se implantou em função desses interesses, que lá na base, está a Política Desenvolvimentista. Então, para implantar a Agenda 21 na cidade de forma teórica sem mudar o sistema, é praticamente impossível se implantar. Tem muito município que bate no peito, diz que fez a Agenda 21, mas se você fizer uma pesquisa e for ver na base teórica, na base prática, então, apenas discutiu, foi feito, as pessoas vieram, fizeram movimentos, fizeram fóruns, fizeram tudo, balançaram a cidade, trouxeram ministros e não sei o que mais, mas o arcabouço de ordenamento jurídico é o mesmo, os costumes são os mesmos. a mentalidade é a mesma."

Objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo (MARTINS, 2002).

Assim, diante do exposto pelos conselheiros, ex-conselheiros, membros e ex-membros ligados ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, os motivos para a não implementação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte são:

Falta de interesse da Gestão Municipal, falta de consciência das políticas ambientais dos políticos e da sociedade, interesses desconhecidos dos membros, abstenção da sociedade em participar da vida pública, falha dos membros do COMDEMA em expor à sociedade a situação, falta de força política do conselho e seus membros, possibilidade de participação e controle social através da Agenda 21 vai contra os interesses políticos, o regimento do COMDEMA é falho, falta de capacitação dos membros do COMDEMA, falta de compreensão acerca da temática Sustentabilidade tanto pelos membros do Conselho como da Sociedade, a questão ambiental não ser uma política pública efetiva no Município, conflitos políticos dentro

do Conselho, descompromisso por parte dos conselheiros em relação a questão, a Agenda 21 não ter força de lei, falta de compromisso da sociedade com as discussões relacionadas ao meio ambiente, falta de autonomia dos conselhos em relação à pauta discutida, descompromisso, desconhecimento e incompetência dos atores envolvidos na implementação, concepção desenvolvimentista dos modelos de Gestões Políticas atuais, não há uma cobrança ou fiscalização por parte do Governo Federal e a Agenda 21 precisa envolver toda a sociedade e promover uma revolução nos hábitos.

✓ Possibilidade de participação e controle social através da Agenda 21 vai contra os interesses políticos

O entrevistado F, ligado ao Conselho por ocupar um assento governamental, resume a não implementação à questão política, pois não existe preocupação dos gestores em implementar políticas que fortaleçam o controle social e se tratando da Agenda 21, está relacionada com a mobilização de vários seguimentos. Afirma ainda que se manifestou sim, e por diversos momentos a discussão acerca da implementação, mas que, não houve consenso em ralação à mobilização.

"(...) É minha percepção de que, o porquê não ocorreu. Pode resumir-se a questão política, acho que não existe uma preocupação das políticas, de gestores de implementar políticas voltadas diretamente para essa questão de políticas públicas que envolvam toda a população, isso é controle social, querendo ou não. Então, eu acho que, especificamente se tratando da Agenda 21, e está relacionada diretamente com os conselhos, com a mobilização de vários seguimentos, acho que a questão política conta muito, porque precisa ser importante para o gestor e consequentemente ele vai estar priorizando isso como política pública. (...)

Como destaca Brasil (2013), Cunill Grau (2010), no Brasil, há uma tendência de criação de muitas instâncias e órgãos de participação social, o que pode acabar por pulverizar o controle social em vários canais pouco efetivos de incidência nas políticas públicas.

Assim, operacionalizar a participação social como um método de governo, significa considerar a grande heterogeneidade dos processos políticos e decisórios, dos mecanismos participativos existentes e do alcance pretendido com a

participação a partir de uma perspectiva de ampliação democrática. É fundamental identificar se o objetivo do governo é consultar ou estabelecer um processo de cogestão da política ou de determinada decisão política. Muitas vezes os objetivos não são claros, criando expectativas antagônicas entre os participantes do processo (EVANS, 2012 apud SEGEP, 2013).

O entrevistado B, ocupante de assento governamental, destaca o desinteresse do poder instituído e a falta de conhecimento da sociedade, como razão para a abstenção da participação, corroborando para a falta de cobrança desta ferramenta. Nos traz que, a Agenda 21 é um mecanismo de Controle Social e que as Gestões não se interessam por serem controladas ou fiscalizadas.

"Eu acho que desinteresse do poder instituído e falta de conhecimento total da sociedade. A sociedade não conhece, não sabe. Vê falar Agenda 21, mas que "bicho é esse?", (...) Não sabe exatamente o que é... 'Sim, vai implementar a Agenda 21, e o que isso vai mudar na minha vida de prático?'... O povo não sabe disso, e se ele não sabe, então, ele se abstém de participar das decisões e quem sabe do lado das instituições... Vê o poder que a Agenda 21 tem e não vai estar, usando "termo técnico", não vai estar "dando asa à cobra", que é, para de certa forma, controlar as ações do poder público. E o poder público não quer saber de controle não, já tem controle demais, já tem o Ministério Público, já tem uma série de instituições para amarrar, e mais um? Só que a comunidade participando, eles não conseguem muitas vezes perceber isso, é que, o povo não ia para atrapalhar, Né? Seria uma decisão de comum acordo. E o nosso povo não está acostumado a ter essa decisão, a participar das decisões, até porque é mais fácil você criticar depois. Você se abstém, não participa e depois você diz: "Ah! Tá errado, não era assim, não sei o que...". E nas horas das discussões cadê você lá? E a prova disso são as reuniões do COMDEMA, (...) se o município não tiver o interesse não tem reunião do COMDEMA, porque a sociedade civil organizada não se mobiliza para que haja reuniões, não vai lá... Porque para ter reunião, não é obrigado o presidente do COMDEMA convocar não, qualquer membro pode convocar uma reunião. Vá a qualquer cidade da região do Cariri onde tem COMDEMA e peça para ver quando foi convocada uma reunião do COMDEMA pelos membros. Você conta nos dedos as reuniões que tiveram. Todas as decisões é o poder público que convoca, para que a sociedade civil vá lá e endosse as decisões. E aí, às vezes há algum questionamento, outras vezes não, e se aprova."

A participação social é uma categoria que definitivamente se incorporou aos processos de discussão entorno das políticas públicas, sendo considerada como um elemento fundamental para a democratização da gestão dessas políticas, aproximando-as dos cidadãos.

É importante pontuar que o desenho e a estratégia de formulação e execução da política pública centrada no cidadão depende da sua finalidade: aprofundar a democratização dos processos de tomada de decisão ou receber reações, sugestões e propostas sobre a prestação dos serviços públicos. Isso vai gerar diferentes tipos de participação e mecanismos (SEGEP, 2012).

O aprofundamento da democracia no Brasil tem exigido dos órgãos e entidades públicas a adoção de modelos de gestão que ampliem a sua capacidade de atender, com mais eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade brasileira. Não obstante os significativos avanços alcançados nos anos recentes, a Administração Pública ainda necessita aperfeiçoar seus sistemas e tecnologias de gestão, com vistas à prestação de serviços públicos de melhor qualidade (BRASIL, 2013).

Simplificar a vida do cidadão e ampliar a capacidade de atendimento do governo às demandas da sociedade em geral, com qualidade e eficácia, são dois desafios centrais da Administração Pública Brasileira. Para superá-los, requer-se mobilização, orientação e adequada instrumentalização de lideranças e servidores públicos para o investimento contínuo e crescente na melhoria e na inovação dos serviços públicos (SEGEP, 2013).

✓ Descompromisso, desconhecimento e incompetência dos atores envolvidos na implementação

O entrevistado L, ocupante de assento governamental, trouxe sua percepção acerca dos motivos da não implementação da Agenda 21 Local como descompromisso, desconhecimento e incompetência. Diz que, apesar de entender que a Agenda 21 é muito complexa, ela está sendo questionada no mundo todo e que nem todos os países fizeram a Agenda 21, além de que aqueles que tentaram fazer abandonaram.

"(...) Descompromisso, desconhecimento e incompetência. Não tenho outra adjetivação para lhe fazer. Apesar de entender que a Agenda 21, ela é muito

complexa, ela está sendo questionada no mundo todo, nem todos os países fizeram a Agenda 21, aqueles que tentaram fazer abandonaram. No Brasil, o histórico da Agenda 21 não é bom, eu já li artigos sobre isso, entendeu?! Que infelizmente não deu certo."

A estratégia da Agenda 21 Global é considerada de fundamental importância e está pautada no tripé: compromisso ético, mobilização social e mudança (KÜSTER, HERMANNS e ARNS, 2004). A Agenda 21 tornou-se um instrumento importante para mobilização e participação popular, na definição de prioridades e na formulação de um plano de ação para o desenvolvimento local. Diferentes municípios começaram a se preocupar com a sustentabilidade do desenvolvimento local e iniciaram a elaboração da sua Agenda 21.

√ Falta de interesse da Gestão Municipal

Em uma das entrevistas, o entrevistado E, ocupante de assento não governamental, representante da sociedade civil organizada, destaca que os gestores não se interessam por essa pauta, por razões políticas, por falta de consciência política-ambiental, ou por interesses desconhecidos do conselho. Destaca que realmente houve discussões e que todos defendiam a proposta de implantação da Agenda 21 e da criação do Fórum Permanente.

"Em relação a Agenda 21 e o que a gente percebe é que pra que se avançar nisso, só se avança quando existe interesse político, e a minha percepção é a seguinte, que não houve ainda interesse político para que se implante a Agenda 21 aqui em nosso município, como em tantos outros, tanto da nossa região, como Brasil afora. Mas notadamente aqui, basicamente é isso, a falta de interesse político."

Hobsbawn (1995) nos dirá que a intervenção do Estado é indispensável para enfrentar as iniquidades sociais e ambientais do mercado e para garantir algum tipo de redistribuição de renda nacional.

O Entrevistado A, que ocupa assento governamental, relata que a não implementação da Agenda 21, foi razões políticas ou falta de consciência política-ambiental.

"O que eu percebo da não implantação da Agenda 21 local é que os gestores não se interessam por essa pauta, por razões, ou políticas, ou questão de falta... da sua consciência política-ambiental, ou por interesses desconhecidos pelo conselho, mas que a discussão ocorreu dentro do conselho com as diversas instituições, lá representadas..."

Dowbor e Pochmann (2008, p. 26), destacam que o esforço de produção de uma política nacional é, antes de tudo, o reconhecimento de que o Estado tem um papel fundamental nesse item. O livre jogo do mercado transforma as regiões em algo amorfo, mero receptáculo das decisões otimizadoras dos agentes econômicos. A concentração é um requisito do capitalismo global, portanto cabe ao Estado contrapor-se a tal tendência, reconstruindo espaços de articulação entre a economia e o território.

O distanciamento entre os objetivos e os resultados alcançados na adoção de políticas públicas voltadas para mitigar tamanho problema será realizado a partir da compreensão e inclusão dos territórios. Apesar de essa constatação óbvia, as políticas de fomento ao desenvolvimento local e regional, nacional e global, reitera a necessidade de rever a forma como essa relação tem sido construída.

Segundo Küster, Hermanns e Arns (2004), no processo de construção e avaliação da Agenda 21 Local, devem-se buscar resultados de fortalecimento da governança local, aqui compreendida como a ampliação das capacidades, tanto do lado da sociedade civil, quanto do poder governamental local, de articular, integrar, pactuar, e gerenciar politicas públicas programas e projetos em direção do desenvolvimento sustentável.

✓ Falta de compromisso da sociedade com as discussões relacionadas ao meio ambiente

O mais importante recurso no processo de desenvolvimento são as próprias pessoas e, (...) além da necessidade "econômica" da participação, há também um reconhecimento da necessidade "política" da mesma, no sentido de que as estratégias altamente centralizadas têm fracassado na mobilização (...) e no desenvolvimento da iniciativa própria para tomar decisões em nível local (DÍAZ BORDENAVE, 1994).

O entrevistado H, que ocupa assento não governamental e que representa um segmento da sociedade civil organizada, vê que pouca gente participa das discussões e que muitos vão simplesmente assinar a Ata para justificar

o motivo por ter saído de suas funções. Credita a não implementação da Agenda 21, exatamente a essa falta de compromisso da sociedade com as discussões relacionadas ao meio ambiente.

"Eu particularmente credito a não implementação da Agenda 21, exatamente a essa falta de compromisso da sociedade com as discussões relacionada ao meio ambiente. A gente terminou pedindo a saída, exatamente por isso, porque termina a gente, produzindo muito pouco, se ocupando com uma coisa cujo resultado é quase nulo."

Quando são avaliados os processos de participação social, é necessário considerar a "natureza e a qualidade da participação". Com frequência a "participação" tem caráter apenas formal, o que coloca uma "cortina" que termina por excluir as comunidades das questões fundamentais. A ênfase na instauração de dinâmicas democrático-participativas não deve ser tomada, portanto, de modo simplista ou acrítico. Como diz Villasante (2002), ele próprio um propositor de metodologias participativas com base local, "são tantas as vezes que se tem falado de participação e de democracia sem que os resultados sejam vistos, que logicamente a gente desconfia". Há ainda que se mencionar críticas usuais aos processos participativos, que apontam especialmente a lentidão de tomada de decisões e as dificuldades de produção de consenso entre os agentes envolvidos (DOWBOR e POCHMANN, 2008).

✓ Abstenção da sociedade em participar da vida pública

O entrevistado B, ainda salienta que, o desinteresse do poder instituído e a falta de conhecimento da sociedade, como razão para a abstenção da participação, corroborando para a falta de cobrança desta ferramenta. Nos traz que, a Agenda 21 é um mecanismo de Controle Social e que as Gestões não se interessam por serem controladas ou fiscalizadas.

A participação se concretiza quando permite que os sujeitos, independentes de sua raça, inserção ou classe social, façam parte das decisões que lhes dizem respeito, seja nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos (ALVES, 2013).

"E o nosso povo não está acostumado a ter essa decisão, a participar das decisões, até porque é mais fácil você criticar depois. Você se abstém, não participa

e depois você diz: "Ah! Tá errado, não era assim, não sei o que...". E nas horas das discussões cadê você lá? E a prova disso são as reuniões do COMDEMA, (...) se o município não tiver o interesse não tem reunião do COMDEMA, porque a sociedade civil organizada não se mobiliza para que haja reuniões, não vai lá... Porque para ter reunião, não é obrigado o presidente do COMDEMA convocar não, qualquer membro pode convocar uma reunião. Vá a qualquer cidade da região do Cariri onde tem COMDEMA e peça para ver quando foi convocada uma reunião do COMDEMA pelos membros. Você conta nos dedos as reuniões que tiveram. Todas as decisões é o poder público que convoca, para que a sociedade civil vá lá e endosse as decisões. E aí, às vezes há algum questionamento, outras vezes não, e se aprova."

A participação efetiva da sociedade constitui elemento importante para a efetivação das atuais perspectivas do desenvolvimento sustentável. A superação dos modelos de participação que legitimam o exercício do poder para aqueles que já o detém, criam novas possibilidades de inclusão daqueles que historicamente ficaram à margem. Essa transição significa a existência de uma tensão entre os poderes constituídos e o exercício da nova cidadania que conquistam vários níveis de participação, desde a inexistência de participação até a total legitimação do controle social (ARNSTEIN, 2002).

√ Falha dos membros do COMDEMA em expor à sociedade a situação

No Regimento interno do COMDEMA, mais especificamente no CAPÍTULO II, DAS COMPETÊNCIAS, dispõe que:

Art. 2º - O Conselho apresenta as seguintes competências, além de outras que possam lhe ser oficialmente atribuídas.

XXI – Manter: B) A divulgação permanente de dados, condições e ações municipais;

O entrevistado A, que ocupa assento governamental, diz que os membros foram falhos em expor à sociedade a importância da Participação Social. Alega que os membros do COMDEMA são representantes, mas não tem força política de expor problemas e lutar junto com a sociedade para que sejam solucionados. Destaca também que os gestores apenas lembram dos conselhos quando tem intenção de buscar recursos, mas que esses recursos não chegam à sociedade.

"Lá, nós tínhamos universidades, a gente tinha instituições afins de interesses ambientais e houve a discussão, todos na hora da discussão defendiam a proposta da implantação dessa Agenda 21, de abrir um fórum de discussão para avançar nessa temática, no entanto, até o dia de hoje é de conhecimento que não avançou, não houve esta implantação realmente. E, na nossa percepção, nós conselheiros também fomos falhos de não ter tido a coragem de expor à sociedade, a importância dessa participação da sociedade para cobrar os gestores a implantação desse equipamento que é tão importante para o município, e para o mundo."

O Conselho Municipal é um órgão criado para representar um espaço destinado a colocar em torno da mesa diversos seguimentos, exemplo disso, os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções. De acordo com Holanda (2009), a formalização dos Conselhos como vias para a gestão de políticas públicas, são espaços que conquistam relevância crescente no ambiente público da sociedade brasileira.

√ Falta de força política do conselho e seus membros

O Conselho Municipal tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. Nos assuntos de sua competência, é também um fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo (BRASIL, 2014).

Em uma das entrevistas, o entrevistado K, representante governamental, diz que, não especificamente em relação à Agenda 21, mas em todos os aspectos que são discutidos nos conselhos, a exemplo do que é discutido no COMDEMA, muito do que é decidido dentro dos conselhos não é levado em consideração, pelas administrações, não somente no Município de Juazeiro do Norte, mas em grande parte dos municípios do Brasil. Diz que apesar de reconhecer a importância democrática dos conselhos, e de saber ser importante a participação da sociedade dentro destes, afirma que da forma que os conselhos estão, o que é decidido, muitas vezes não é respeitado pela Municipalidade e pelos gestores, pela natureza dos conselhos não ter caráter deliberativo e que algumas reuniões tem sido utilizadas

apenas para legitimar posições que, já estariam tomadas antes da eventual decisão do Conselho.

"Eu não diria especificamente em relação só a Agenda 21, mas em todos os aspectos que são discutidos nos conselhos, a exemplo do que é discutido no COMDEMA, no qual participei de algumas reuniões. Eu entendo, que muito do que é discutido nos conselhos, se tem uma discussão até de elevado nível, mas, muito do que é decidido dentro dos conselhos não é levado em consideração, muitas vezes, pelas administrações, não digo somente no município de Juazeiro, mas eu diria que em grande parte dos municípios do Brasil. De forma que, apesar de reconhecer a importância democrática dos conselhos, e de ser importante a participação da sociedade dentro dos conselhos para tentar mudá-los, mas, da forma que os conselhos estão, o que é decidido, muitas vezes não é respeitado pela municipalidade, os dirigentes. Até porque ele não tem caráter deliberativo, eu diria que às vezes tenho até receio de participar de determinadas reuniões quando muitas vezes, posso até estar enganado no que eu estou dizendo, quando muitas vezes parece que em alguns conselhos, em algumas reuniões tem sido utilizado apenas para legitimar determinadas posições e eu até diria que, já estariam tomadas antes da eventual decisão do Conselho."

As diretrizes constitucionais de participação da sociedade nas decisões governamentais, especialmente nas políticas sociais, foram efetivadas a partir de 1988 por meio da concepção e implementação de mecanismos institucionais de participação (conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos, etc.), que buscavam operacionalizar princípios da democracia participativa consagrados na Constituição. Cabe ressaltar que, até hoje, os mecanismos de democracia direta presentes na Constituição (plebiscitos e referendos) ainda não foram regulamentados (BRASIL, 2013).

Nesse mesmo sentido, estudo do IPEA sobre a participação social como método de governo, apresenta a ideia da existência de uma ecologia da participação social no Brasil em que "diferentes interfaces viabilizam o contato entre Estado e sociedade em diferentes políticas públicas para o cumprimento de diferentes objetivos e papéis. Isto é, diferentes instrumentos e mecanismos possuem diferentes vocações e potenciais para interferirem na gestão das políticas públicas. Acredita-se que estas conclusões e interpretações oferecem uma perspectiva útil para reflexões

atuais sobre a conformação de um sistema ou política nacional de participação social." (Pires e Vaz, 2012: 51 e 52).

√ O regimento do COMDEMA é falho

Segundo dados mais recentes, retirados da Pesquisa de Informações Básicas do IBGE, contento os resultados das pesquisas realizadas em 2009 sobre a existência e funcionamento dos CMMA (porcentagem total), grande parte dos Conselhos de Meio Ambiente apresentam caráter Paritário e Consultivo, seguindo esta singularidade outros 2.531 Conselhos são de caráter deliberativo dando a impressão que as ações dos Conselhos de Meio Ambiente cada vez mais se afastam de caráter mais prático e de maior poder decisório do que é levado para deliberações nas reuniões conselhistas, onde aproximadamente 45% dos Conselhos apresentam caráter Normativo e Fiscalizador, caráter estes que são os responsáveis pela execução das decisões tomadas pelo CMMA (FARIAS, 2011).

O entrevistado K, representante governamental, ainda destaca que se houvesse um respeito pelas decisões que são tomadas pelos conselhos, tanto a Agenda 21 como outros aspectos, relacionados ao Meio Ambiente, tivessem sido implementados.

"De forma que, se os conselhos tivessem, mesmo que eles não fossem deliberativos, mas se houvesse um respeito, eu diria que a palavra fosse essa, um respeito maior pelas decisões que são tomadas pelos conselhos, talvez tanto a Agenda 21 como outros aspectos, relacionados ao Meio Ambiente, tivessem sido implementados, eu diria de forma muito mais rápida, dentro da Região Metropolitana do Cariri ou em outros Municípios do Estado do Ceará e no Brasil."

A criação de um conselho ativo e de composição democrática atende a esse enunciado constitucional. Da mesma forma, a crescente descentralização administrativa tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente. Isso exige que os seus políticos, técnicos e cidadãos conheçam mais sobre as questões ambientais. E o conselho é, por excelência, um fórum de debates e de construção de conhecimento sobre o meio ambiente local. É também um espaço mais adequado para administrar conflitos, propor acordos e construir uma proposta de gestão que esteja em acordo com os interesses econômicos, sociais e ambientais locais. Por isso, o conselho deve reunir

representantes legítimos de todos os segmentos da sociedade local interessados na qualidade ambiental e no desenvolvimento ecologicamente sustentável (BRASIL, 2012).

✓ Conflitos políticos dentro do Conselho

O entrevistado M, que ocupa assento governamental, considera, em sua percepção, que a Agenda 21, feri ou feriu alguns interesses, por isso da não implementação. Em relação ao COMDEMA diz que se tomavam decisões e essas decisões não eram postas em prática, eram tomadas outras atitudes, que não as indicadas pelo colegiado. Afirma ainda que as discussões no conselho sobre a Agenda 21 estiveram "de vento em polpa", mas esfriaram, já que iriam ferir interesses.

"Eu acredito que a paralisação, ou seja, o não andamento da agenda 21, no meu ponto de vista, feri ou feriu alguns interesses, onde se tomavam algumas decisões no colegiado e essas decisões não eram postas em práticas, ou seja, as decisões que a gente tomava lá, eram tomadas outras atitudes, que não a do colegiado. Eu acredito que aí, deu essa esfriada, porque a Agenda 21 teve de vento em polpa, mas ela deu uma esfriada muito grande. (...)Eu não poderia, eu não gostaria de afirmar, eu não tenho tanta certeza, mas, é como eu frisei, estava ferindo interesses."

Os conselhos municipais, como espaços institucionais, trazem formas de democratizar as decisões, tratando-se dos "espaços institucionais", criados tanto na esfera estatal quanto na esfera publica não estatal, os mesmos se apresentam como formas privilegiadas de tornar as decisões mais inclusivas, democráticas e efetivas (ALVES, 2013).

✓ Descompromisso por parte dos conselheiros em relação a questão

No seu Regimento Interno, em seu Capítulo II – Das Competências, o Art. 2º O Conselho apresenta as seguintes competências, além de outras que possam lhe ser oficialmente atribuídas, dispõe no Inciso XXVII – participar da Agenda 21 Municipal.

O entrevistado F, ligado ao Conselho representando assento governamental, resume a não implementação à questão política, pois não existe preocupação dos gestores em implementar políticas que fortaleçam o controle social e se tratando da Agenda 21, está relacionada com a mobilização de vários seguimentos. Afirma ainda que se manifestou sim, e por diversos momentos a discussão acerca da implementação, mas que, não houve consenso em ralação à mobilização.

"Mas havia convocação sim, agora as instituições, é aquilo que eu sempre digo aqui (...), que as pessoas tem que entender que quem faz as instituições são pessoas, se elas não tiverem o interesse... Não vai funcionar... Eram convocados, eram convidados, agora não compareciam. E aí, também tem aquela questão de, eu acho que nunca houve e precisa ter um diálogo sobre isso é que as pessoas entendam a importância que tem um espaço desse. Acho que, quando os conselheiros, os membros tiverem essa ciência, essa noção, as instituições, consequentemente os conselheiros, aí muita coisa vai mudar."

O papel dos conselhos distribuídos por todo o país tem sido profundamente discutido. De acordo com Abramovay (2001), o potencial transformador dos conselhos, e os ganhos decorrentes para a democracia, são reconhecidos quase que de modo unânime entre as pesquisas (HOLANDA, 2009 apud ABRAMOVAY 2001).

O entrevistado H, representante da sociedade civil organizada, que ocupa assento não governamental, diz que, pouca pessoas participam das discussões, e credita a não implementação da Agenda 21, a essa falta de compromisso da sociedade.

"Nos quase dois anos que eu fui conselheiro, a gente vê que pouca gente participa das discussões, muita gente vai simplesmente assinar uma ata, até para justificar o motivo por ter saído de suas funções e eu particularmente credito a não implementação da Agenda 21, exatamente a essa falta de compromisso da sociedade com as discussões relacionada ao meio ambiente. A gente terminou pedindo a saída, exatamente por isso, porque termina a gente, produzindo muito pouco, se ocupando com uma coisa cujo resultado é quase nulo."

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese principal desta pesquisa para a não implementação da Agenda 21 Local no Município de Juazeiro do Norte foi que faltou diálogo entre o COMDEMA, a Sociedade Juazeirense e a Gestão Pública Municipal foi confirmada, pelo desinteresse e falta de vontade política, uma sociedade desmobilizada e desinformada sobre a importância da construção da Agenda 21 e ainda um sistema de conselho falho em sua atuação, já que uma gestão interessada pressiona os conselhos para avançar nesta pauta e mobiliza a sociedade para tal questão, um conselho atuante mobiliza a sociedade e pressiona a Gestão e uma sociedade mobilizada, pressiona o Conselho e provoca a Gestão.

O estudo aponta que as últimas Gestões Municipais em Juazeiro do Norte, tem feito o que bem entendem, não respeitando as decisões dos Conselhos Municipais de Participação Social, ficando os interesses coletivos em último plano.

A pesquisa revelou um Estado omisso, onde a Política está comprometida com seus próprios interesses, objetivos particulares e político-partidários e uma população desinformada, mas principalmente desinteressada diante dos seus direitos e deveres como cidadãos, de participar das decisões relativas às suas vidas e ao Município.

O principal motivo é a falta de mobilização da sociedade que não confere, não fiscaliza, não cobra e nem se interessa pelas discussões das suas localidades deixando de exercer seu poder de cidadania.

Este documento é um alerta, de que estamos relegando nosso destino e o nosso exercício de cidadania a representantes, que nem sempre representam a nossa forma de pensar e de agir. Muitas vezes somos levados à acreditar, propositalmente, pelo mercado e pela política do "panis et circenses" (Pão e circo, Bolsa e Copa, Carnaval e Futebol, Cerveja e Novela, etc...), que exercer a cidadania se resume à votar e mesmo assim, pela falta da cultura política, acabamos sendo induzidos ao erro, como revelado em pesquisas que dizem que a maioria dos Brasileiros, sequer se recorda em quem votou nas últimas eleições... E isso é grave!!

A situação vivida pela população de Juazeiro do Norte, não é um caso isolado, ela é um grande retrato do que tem acontecido no Brasil, onde o mercado e o lucro, estão acima de tudo e às custas de todos, é o fim do pacto social, da forma que o conhecemos, que mantém a civilidade. Vivemos aprisionados por um Estado Paralelo e o Estado Institucional está em colapso.

É notório entre nós que a situação atual de nossa sociedade está insustentável. Vivemos a certeza de uma crescente diferença entre nossos cidadãos, o crescimento da violência e um intenso empobrecimento da massa, dita exército de reserva do capital, que hoje, articula a crescente informalidade. O Brasil ocupa lugar de destaque entre as nações emergentes e foi pouco afetado economicamente com a atual crise do capitalismo, porém, essa não é mais uma crise do capital, essa é a última queda de um modelo que nos foi posto como sendo o único e ideal, mas que se mostrou destrutivo com a sociedade e a natureza. Vemos com as críticas sobre a Rio + 20, que este modelo pretende se perpetuar apenas mudando sua roupagem.

Assim, não atendendo aos nossos anseios e necessidades, temos a oportunidade de repensar o desenvolvimento que queremos, mais transparente, justo, equitativo e harmonioso.

Não podemos nos dar ao luxo de esperar por experiências internacionais. Pensar um novo modelo de sociedade é importante não somente para o Brasil, o mundo irá desarmar quem o está oprimindo e poluindo. Conforme visto nos resultados da Rio + 20, uma proposta real de saída não virá através das pressões dos Organismos Internacionais em forma de soluções que pressionem governos e mercado a reverterem a situação a que chegamos em termos ambientais, sociais, econômicos e políticos.

É vital pensar o desenvolvimento local a partir das circunstâncias culturais, socioeconômicas e ambientais, pensar a sustentabilidade no meio-urbano, regionalização e governança territorial, através de políticas públicas e assim, criar nossos próprios conceitos de cidades sustentáveis.

Continuar criando indicadores de sustentabilidade e reduzir os indicadores de diferenças entre a população. Trabalhar com marcos legais de nossa sociedade, como a Constituição da República Federativa do Brasil, o Código de Defesa do Consumidor, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular – Estatuto Popular Contra a Corrupção (PLIP – EPOCC), entre outros, além dos 8 R`s, dos objetivos do milênio, e outras ferramentas, até que se tornem parte de nossa cultura.

Temos todos os recursos e conhecimentos para elaborar um plano estratégico para uma grande virada, onde será necessário adotar um novo modelo de sociedade, construído por todos. Um modelo que seja referenciado em todo o mundo e que nos norteie para uma nova etapa da civilização humana. É necessário, porém, elaborar dentro de um conceito cultural, através de relações sociais produtivas.

Economia solidária em um mundo de competição versus cooperação. É preciso internalizar esta cultura, por isso a importância do processo participativo, é o momento de construir uma nova racionalidade, aprimorar a governança da sociedade e crescer na solidariedade. Vivenciar o desenvolvimento sustentável, a educação e os valores éticos, como alternativa ao modelo proposto.

Um novo modelo de sociedade, pautado na educação e na construção da cidadania. Criar a cultura da cooperação, educação e sustentabilidade. Entender a natureza como parte integrante do nosso ser e nós, como seres integrantes da natureza. Repensar políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e avaliar seus impactos e efeitos. Criar um arcabouço legal que apoie a população na criação de soluções por meio da integração de ideias.

Surge a necessidade de repensar o contexto em que estamos inseridos. Repensar a Política Representativa, se tem sido o ideal, diante de tantos escândalos de corrupção, e preparar a sociedade, através do incentivo à cidadania, para uma Política Participativa, mais inclusiva, mais justa, harmônica e, dessa forma, retomar as rédeas das nossas vidas e do real sentido de Democracia.

Cabe a reflexão de que o futuro está diante de nós e depende das nossas decisões, da forma como desejamos que as coisas aconteçam, então, esse é o momento de repensar o valor do respeito para com o próximo, da sustentabilidade, dos valores éticos e da educação que estamos ensinando àqueles que, em breve, receberão o Brasil e tomarão conta de nós, de nossa saúde, de nossas vidas.

Todas as vezes que vemos a injustiça social ou sentimos sensação de insegurança, lembramos que há um desequilíbrio e esse desequilíbrio é provocado por nossas ações e seus reflexos.

Juazeiro do Norte, assim como diversos municípios Brasileiros, precisa de uma Agenda 21 Local, pois, seu crescimento é majoritariamente comercial e vem assistindo ao crescimento da mendicância, miséria e informalidade. A cidade vive desproporções sociais e econômicas visíveis e notórias, experimenta uma escalada

da violência onde a segurança pública está comprometida, um crescimento assustador da miséria e da mendicância, da informalidade onde ocorre a invasão do espaço público pelos empreendimentos privados, além de sofrer revezes ambientais não apenas em relação à sua pouca reserva vegetal, mas em relação ao seu abastecimento de água e a destinação de seus resíduos.

Há solução, que passa pela concepção da Agenda 21 Local, onde a Participação Social se faz chave para a mudança de uma realidade cruel em que a sociedade e a natureza estão sendo vilipendiadas em nome do lucro.

Porém, a Agenda 21 Local sendo implementada, em Juazeiro do Norte ou em qualquer local do Brasil, com estes modelos de funcionamento observado nos Conselhos Municipais de Participação Social, apenas legitimaria as decisões das gestões no poder, não contemplando o objetivo primordial a que se propõe, de atender as necessidades da sociedade de Participação Social.

Que no futuro possamos olhar para trás e ver, que no momento crucial, soubemos tomar a decisão correta em relação a corrigir a rota de para onde queremos ir, o futuro que queremos para Juazeiro do Norte, para o Brasil e para o mundo, pois, para onde estamos indo, com o dia-a-dia que vivemos hoje, é quase certo que a humanidade perecerá em um futuro cada vez mais breve, à exemplo da forma como estamos cuidando uns dos outros e dos nossos bens mais preciosos, como a água.

Nossas ações farão a diferença para o futuro que queremos. Se em uma ponta não podemos mudar o padrão de produção, na outra ponta podemos cuidar do nosso padrão de consumo, fazendo com que a lei da oferta e da demanda possa agir em favor da sustentabilidade.

Que este documento possa ser melhorado por futuros estudos e possa servir como referencial norteador e marco desbravador para um novo caminho a ser trilhado em direção a uma nova sociedade, um grande desafio, pois, um novo Pacto Social para a Sustentabilidade, se faz urgente, diante do exposto acerca de Cultura, Política, Economia, Ambiente e Sociedade, onde uma das palavras norteadoras seja transparência.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Modernidade e Revolução: novos estudos**. CEBRAP, nº 14, Março-Abril: 1984. Acesso em: 15 fev. 13

ALVES, Josefa Cícera Martins. A participação Social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: o caso do território do Cariri/CE. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte. 2013. 105f.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência:** Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

A fé move o turismo. Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza. 01 jan. 2014. Caderno Turismo. Acesso em 15 fev. 2014. Disponível em: http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplemento/tur/a-fe-move-turismo-1.787405

BATISTA, Pedro Ivo. Desafios pós - Rio + 20 mobilizam governos, mercado e sociedade civil. **Revista Desafios do desenvolvimento.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. N° 73, Ano 9, de 2012.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia (Orgs.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais.** Recife: FASE: observatório das Metrópoles, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese.** São Paulo: Atlas, 2004.

BORINELLI, B.; NETO, F.Q. **Análise Institucional no Contexto Brasileiro: algumas considerações, en contribuiciones a las ciências sociales.** Septiembre, 2011. Acesso em 22 fev. 13. Disponível em: www.eumed.ne/rev/cccss/13.

BRASIL. Controladoria Geral da União - CGU. **Orientação aos cidadãos para participação na gestão publica e exercício do controle social.** CGU. Brasília – DF. 2008. Acesso em 28 jun. 2014 Disponível em: http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arguivos/ControleSocial.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri** –
MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2010. Acesso em: 15 de fev. 2014. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs qua territorio131.pdf.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Agenda 21.** Acesso em: 15 nov. 2013. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/agenda-21

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública - SEGEP. Programa Gespública - Participação e Controle Social: instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais; Brasília; MP, SEGEP, 2013. Versão 1/2013. Acesso em 28 jul. 2014. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/folder rngp/folder nucleo/RJ/pasta.2013-05-20.0206812602/09.%20Participacao%20e%20Controle%20social%20-%20conceitos%20e%20orientacoes.pdf

BRASIL. Instituto de Pesquisa E Estratégia Econômica Do Ceará - IPECE. Perfil Básico Regional 2011: macrorregião Cariri/Centro Sul. IPECE. Fortaleza. Acesso: 20 nov. 2013. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm2013/JuazeirodoNorte.pdf

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística – IBGE/ CIDADES. Acesso em: 20 nov. 2013. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230730.

BRASIL. Portal da Transparência, 2014. Acesso em: 18 fev. 2014. Disponível em http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControl eSocial.asp.

BONILLA, Laura. Rio+20 termina sob críticas e com longa lista de promessas. Revista Veja (Site). 2012. Acesso em: 12 fev. 2014. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/rio-20-termina-sob-criticas-e-com-longa-listade-promessas

BURSZTYN, Marcel. Ciência, Ética e Sustentabilidade. São Paulo: Cortez, 2001.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999. Acesso em 03 fev. 2014. Disponível em: http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf

CARDOSO JR, José Celso; SIQUEIRA, Carlos Henrique R. de. (org.). Diálogos para o desenvolvimento – Brasília : Ipea, 2009. v. 1 (170 p.). Acesso em 28 jul. 2014. Disponível

em:http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/livro_completo.pdf

CAREGNATO, R. C. A. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CALLOU, Antonio Édio Pinheiro. Governança territorial e desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri, Centro de Pesquisa e Pós Graduação do

Semiárido, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2013. 141 f.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios.** Coleção Papirus Educação. 6ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2012.

CEARÁ. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte (Site). Acesso: 15 fev. 2014. Disponível em: http://www.juazeiro.ce.gov.br

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado Do Ceará - SEDUC. Conselho de Políticas Públicas e Gestão do Meio Ambiente. **Curso de Formação de Educadores Ambientais.** Fortaleza – CE, 2009.

CHACON, Suely Salgueiro. O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e suste estabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O QUE É PARTICIPAÇÃO.** São Paulo: Brasiliense, 1994. 8ª ed. Coleção Primeiros Passos. 84p.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). **Politicas para o Desenvolvimento Local.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
ESCOREL, Sarah; MOREIRA, Marcelo Rasga. **Conselhos Municipais de Saúde do Brasil: um debate sobre a democratização da política de saúde nos vinte anos do SUS.** Ciência & Saúde Coletiva. Vol.14. nº3. Rio de Janeiro, Maio/Junho 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000300015

FACIN, Marcio André. Conselhos Municipais de Meio Ambiente: como vem agindo estes colegiados nos Municípios de Pelotas e Rio Grande. XVIII CIC. XI ENOPS - I mostra científica. Acesso em 28 jul. 2014. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_01690.pdf

FARIAS, Saulo Cezar Guimarães de. Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente como Espaços de Participação Social nas Questões Ambientais do Município: o caso do cmma de Rio das Ostras – RJ. VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. Ago de 2011. Acesso em 28 jul. 2014. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0353_15 07.pdf.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GALVÃO, Antônio Carlos F. **Politicas de Desenvolvimento Regional e Inovação:** a experiência da União Européia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIDDENS, Anthony. Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical. São Paulo: ed. UNESP, 1996.

GOHN, Maria da Glória. O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Acesso em 28 jul. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03

GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M.; **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração:** uma visão holística do objeto em estudo. 2012.

HOLANDA, Aline Gomes. **O Papel dos Conselhos Municipais de Políticas e o Caso do Conselho Municipal De Cultura.** V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Acesso em 15 nov. 2013. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19538.pdf

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos - o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Acesso em: 20 nov. 2013. Disponível em: http://www.iiep.org.br/livros/modernidade_e_revolucao.pdf.

IRMÃO, José Ferreira (org.). **Desenvolvimento Sustentável: agricultura e meio ambiente**. Recife: Ed. Dos Autores, 2006.

KEINERT, Tania Margarete Mezzon. Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

KÜSTER, Angela; HERMANNS, Klaus; ARNS, Paulo César (Org). **Agenda 21 local: orientações metodológicas para a construção e avaliação.** Fortaleza: Fundação Konrad-Adenauer, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H.R.; D'AMATO, J.L. O Ambientalismo como Movimento Vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. São Paulo: Cortez, 1995.

LEMOS, Haroldo Mattos. **Agenda 21 no Brasil.** Instituto Brasil PNUMA. 2006. Acesso em 02 fev. 2014 Disponível em : http://www.brasilpnuma.or.br/saibamais/agenda2.html

MAINGUENEAU, D. **A análise do discurso e suas fronteiras. Matraga,** rio de janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan./jun. 2007.

MALTA, Maria Mello (*et al*). **Ecos do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IPEA: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MENEGUIN, Fernando B. **O que é economia verde e qual o papel do governo para sua implementação?**. Brasil, Economia e Governo (Site). Instituto Frenand Braudel de Economia Mundial. 2011. Acesso em: 05 fev. 2014. Disponível em: http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/08/08/o-que-e-economia-verde-e-qual-o-papel-do-governo-para-sua-implementacao/

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública - RAP — Rio de Janeiro 42 (3): 551-79, maio/jun. 2008. Acesso em 28 jul. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf/

MOLLER & IRMÃO, J.F (Org); CALLADO, A. A. C...(et al); **Desenvolvimento Sustentável: agricultura e meio ambiente.** Recife: Ed. Dos autores, 2006.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. Cortez, São Paulo. 2004.

MORONI, José Antônio. **Experiências nacionais de participação social. Leonardo Avritzer (coord.).** São Paulo: Cortez Editora (2009). Disponível em: www.ibase.br/pubibase/media/Participacao Moroni.pdf>

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista. São Paulo: Cortez, 2006.

NOBRE, Fernanda; LIGUABEU, Gabriel. **Desenvolvimento local e fundações comunitárias em áreas urbanas.** São Paulo: Fundação Tide Setúbal. GIFE, 2010, 140p.

NOVAES, Ricardo Carneiro. **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade.**Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo PROCAM-USP. Mestre em Sociologia Unicamp. Engenheiro Agrônomo pela ESALQ-USP. Acesso em 20 ago 2014. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Ric ardo%20Carneiro%20Novaes.pdf

O setor imobiliário cresce, mas serviços públicos decepcionam. Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza. 30 nov. 2013. Caderno Regional. Acesso em 15 fev. 2014. Disponível em: http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplemento/caririregional/o-setor-imobiliario-cresce-mas-serviços-públicos-decepcionam-1.801089

OLIVEIRA, N.; Martins, C. H. B. **Estado e meio ambiente: a formação da estrutura institucional. A evolução social.** (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010. Acesso em: 26 mar. 13. Disponível em: http://www.fee.tche.br/3-decadas/downloads/volume3/9/naia-oliveira.pdf.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais. 2009. **Revista Análise Ambiental**: Edição Especial Rio + 20. São Paulo – SP. n 34, 2012.

RIGO, Ariadne Scalfoni (et al). Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANCHEZ, Inês. O desafio de passar as leis ambientais do papel à prática. **Revista Análise Ambiental**: Edição Especial Rio + 20. São Paulo – SP. n 34, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Rio+20: as críticas.** Revista Carta Maior, 2012. Acesso em: 15 fev. 2014. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Rio-20-as-criticas/19497

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, A. KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução de Bernardo Ajzemberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, L.M; JUSTO, W.R; SOUSA, E.P. **Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento.** Fortaleza: Premius, 2012.

STFANO, Fabiane; CRUZ, Patrick. **O novo mapa do consumo.** Revista Exame.com. São Paulo: Acesso em: 05 fev. 2014. Disponível em: http://exame.abril.com.br/noticia/o-novo-mapa-do-consumo

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e Desenvolvimento local: critérios e análise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

YIN, R. K.; **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 1. Ed. 1985.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ

EM SUA PERCEPÇÃO, QUAIS OS MOTIVOS E/OU RAZÕES PELA QUA	L NÃO
HOUVE A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL NO MUNICÍPI	O DE
JUAZEIRO DO NORTE, DIANTE DE SUA VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA O	OM O
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA?	, .
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA?	

ANEXO

ANEXO A – TRANSCRIÇÕES NA ÍNTEGRA DAS ENTREVISTAS COM OS CONSELHEIROS, EX-CONSELHEIROS, MEMBROS E EX-MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ

Entrevista 1 – Entrevistado A (assento governamental)

"(...) Representei o Conselho de Defesa do Meio Ambiente, pela (..) instituição (...) que tem um trabalho de educação ambiental e estive nessa representação por dois mandatos. E o que eu percebo da não implantação da Agenda 21 local é que os gestores não se interessam por essa pauta, por razões, ou políticas, ou questão de falta... da sua consciência política-ambiental, ou por interesses desconhecidos pelo conselho, mas que a discussão ocorreu dentro do conselho com as diversas instituições, lá representadas... Lá, nós tínhamos universidades, a gente tinha instituições afins de interesses ambientais e houve a discussão, todos na hora da discussão defendiam a proposta da implantação dessa Agenda 21, de abrir um fórum de discussão para avançar nessa temática, no entanto, até o dia de hoje é de conhecimento que não avançou, não houve esta implantação realmente. E, na nossa percepção, nós conselheiros também fomos falhos de não ter tido a coragem de expor à sociedade, a importância dessa participação da sociedade para cobrar os gestores a implantação desse equipamento que é tão importante para o município, e para o mundo. Então, me recordo agui, que os conselheiros do COMDEMA de Juazeiro do Norte, são representantes legais, mas não tem uma força, ou interior, ou uma força política de expor os problemas, e de chamar a sociedade para lutar junto, para resolver essas temáticas que só iriam engrandecer à cidade. A gente percebe que os gestores só se preocupam com estes conselhos na intenção da busca de recursos para o município. No entanto, não observam a necessidade de transpor esses recursos para a realidade, para a coletividade, para o bem e a felicidade de todos, né? Cuidar do planeta, cuidar da cidade. Enfim, a gente enquanto conselheiro até se redime na nossa missão também enquanto conselheiro, enquanto educador, se esquivou um pouco dessa questão de expor à sociedade a obrigatoriedade dos governos, dos

gestores de executarem uma ação que é obrigatória, que tem um tempo limite, que é um acordo internacional, aonde os municípios também se comprometeram no cumprimento dessa tarefa das ações prevista para o século 21, haja visto que se cada um fizer a sua parte, dentro do seu quadrado, a gente terá um mundo melhor, mais justo, mais igualitário e mais saudável para todos. Como (...), representante do conselho, então pela instituição de educação quero ressaltar aqui, a importância do envolvimento das escolas, da juventude, e das crianças em especial nesta mobilização de construção da Agenda 21. Através das conferências infanto-juvenis, as escolas são convidadas a construir um projeto de vida, aonde a Agenda 21 tem um papel fundamental, a Agenda 21 da escola é uma proposta inteligente, importante, imprescindível para sensibilizar as crianças, que são o futuro do planeta. Então essa proposta, ela já existe, ela vem tomando conta pouco a pouco, através das conferências infanto-juvenis pelo meio ambiente nas escolas. E em Juazeiro do Norte nós já temos muitas escolas executando está ação, através de seus professores, de alunos, criação de projetos em sala de aula, mobilização com a comunidade, onde a ideia é que cada escola construa a sua Agenda 21 e que possa fazer com o que os estudantes, professores e comunidades, em geral, possam, no seu local, também construir um instrumento de organização das guestões ligadas ao meio ambiente por um mundo mais sustentável."

Entrevista 2 – Entrevistado B (assento governamental)

"Eu acho que desinteresse do poder instituído e falta de conhecimento total da sociedade. A sociedade não conhece, não sabe. Vê falar Agenda 21, mas que "bicho é esse?", (...) Não sabe exatamente o que é... "Sim, vai implementar a Agenda 21, e o que isso vai mudar na minha vida de prático?"... O povo não sabe disso, e se ele não sabe, então, ele se abstém de participar das decisões e quem sabe do lado das instituições... Vê o poder que a Agenda 21 tem e não vai estar, usando "termo técnico", não vai estar "dando asa à cobra", que é, para de certa forma, controlar as ações do poder público. E o poder público não quer saber de controle não, já tem controle demais, já tem o Ministério Público, já tem uma série de instituições para amarrar, e mais um? Só que a comunidade participando, eles não conseguem muitas vezes perceber isso, é que, o povo não ia para atrapalhar, Né? Seria uma decisão de comum acordo. E o nosso povo não está acostumado a ter

essa decisão, a participar das decisões, até porque é mais fácil você criticar depois. Você se abstém, não participa e depois você diz: "Ah! Tá errado, não era assim, não sei o que...". E nas horas das discussões cadê você lá? E a prova disso são as reuniões do COMDEMA, (...) se o município não tiver o interesse não tem reunião do COMDEMA, porque a sociedade civil organizada não se mobiliza para que haja reuniões, não vai lá... Porque para ter reunião, não é obrigado o presidente do COMDEMA convocar não, qualquer membro pode convocar uma reunião. Vá a qualquer cidade da região do Cariri onde tem COMDEMA e peça para ver quando foi convocada uma reunião do COMDEMA pelos membros. Você conta nos dedos as reuniões que tiveram. Todas as decisões é o poder público que convoca, para que a sociedade civil vá lá e endosse as decisões. E aí, às vezes há algum questionamento, outras vezes não, e se aprova. Muitas vezes os membros não foram capacitados para participar do COMDEMA. E a Agenda 21 e a A3P também, que é um braço da Agenda 21, você vê que é o mínimo... E a municipalidade não consegue implementar dentro de uma secretaria de meio ambiente, a de Juazeiro é um exemplo, não tem nenhuma ação da Agenda, da A3P funcionando dentro da Secretaria, você não tem um projeto de coleta seletiva, você não tem nada. Você tem ações isoladas de outras partes, mas partindo diretamente da secretaria... Nenhuma ação!"

Entrevista 3 – Entrevistado C (assento governamental)

"De uma maneira mais específica, acredito que a formação do conselho, a formação dos membros do conselho, apesar de ter a presença de membros da academia, mas de uma maneira geral, os conselheiros, eles não estão cientes da real situação da implementação, da implantação e do trabalho da conscientização que tem que ser efetivado junto com a Agenda 21. O que a gente pode perceber, é que, existem pessoas que trabalham na área do meio ambiente, especificamente na promoção do desenvolvimento sustentável, mas eles não percebem, eles não conseguem entender o funcionamento efetivo da questão do desenvolvimento sustentável. Isso fica ligado efetivamente dentro de algumas falas dentro da reunião do conselho, a gente percebe algumas falas que, as pessoas que representam as instituições que procuram o conselho são menos informadas de que alguns membros do conselho. E esses membros do conselho tem poder de voz, poder de

atuação e poder de "controle de informação" e passam a informação que eles acham prudente, para a maioria dos representantes do conselho, aceitarem aquilo ali como verdade e consequentemente aprovar um projeto que quer, não é? Isso fica bem nítido, em todas as falas que a gente vê e as apresentações aqui do conselho a gente sente isso, mas a gente não pode manifestar, até mesmo, por uma ferramenta simples, pela questão da interpretação. Eu interpreto de uma maneira, e cada um tem uma visão especifica sobre aquele determinado tema, não é? Seria basicamente isso ai."

Entrevista 4 – Entrevistado D (assento não governamental)

"Bom, isso é muito importante colocar para as comunidades, até porque, infelizmente, ainda a questão ambiental não é uma política pública efetiva nos municípios, na maioria dos municípios. Em Juazeiro, a nossa experiência à época, como membro do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, isso também foi evidenciado. Primeiro porque quando se implanta um conselho, ele tem que ser representativo e a base do conselho é o compartilhamento, é a discussão, elaboração de alternativas que visem a questão da sustentabilidade e, infelizmente, gosto sempre de ressaltar esse aspecto, não tem acontecido na prática nas reuniões dos conselhos, ou seja, a maioria das decisões já vem pré-definidas e inclusive há uma certa falta de empatia dos gestores, no sentido de contrariar aquilo que eles previamente consideram já aprovados. Resultados, consequências dessas, aqui na região do Juazeiro, na região do Cariri, praticamente as ações em que o conselho poderia ter definido com mais seriedade, há consequências já drásticas nas questões ambientais, por exemplo, um plano diretor que não é obedecido, a localização, a liberação de licenças sem respeitar os aspectos legais. Ou seja, o conselho que era para definir junto com seus participantes que são membros da sociedade civil organizada, membros de instituições públicas federais e estaduais, na verdade não se tem respeitado e o mais incrível, se quer são considerados. Então, isso é muito grave, até porque no mundo de hoje a sustentabilidade é o caminho e infelizmente na região do Cariri, e especificamente aqui onde nós estamos vivendo, na região de Juazeiro, no município de Juazeiro do Norte, não só agora mas anteriormente, não há uma política efetiva, pública, de respeito às questões ambientas."

Entrevista 5 – Entrevistado E (assento não governamental)

"Ok. (...) nas gestões passadas eu já fiz parte de alguns conselhos agui do município, além do conselho de defesa do município, aqui também, como naquele plano de revisão do antigo PDDU - PDP, em relação a Agenda 21 e o que a gente percebe, eu comentei esses outros conselhos pelo seguinte, o que a gente percebe é que pra que se avançar nisso, só se avança quando existe interesse político, e a minha percepção é a seguinte, que não houve ainda interesse político para que se implante a Agenda 21 aqui em nosso município, como em tantos outros, tanto da nossa região, como Brasil afora. Mas notadamente aqui, basicamente é isso, a falta de interesse político. Vou citar aqui um exemplo, não da Agenda 21, mas o PDDU. A revisão do PDDU parou porque foi convocada a revisão num ano de eleição. E aí, começou-se a, entre os conselheiros, começou a aparecer conflitos políticos lá dentro. Tiveram que suspender e adiar para isso, já está para esse ano agora. A gente volta até para aquela, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, eu outro dia comentei, a gente (...) e quando foi pedido para ser feito o Plano de Gestão de Resíduo, eu cheguei a comentar, como é que se bota uma data limite desse Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para os municípios num ano de política? Dificilmente, hoje os governos estaduais e deputados vão estar envolvidos e vão pressionar seus prefeitos para que cumpram com esse plano. Ai eu volto eu volto a pergunta, a Agenda 21, aquela outra, a A3P, já ouviu falar, né? Quem é que tem interesse? A primeira coisa, eu já fiz parte de outro conselho em uma cidade bem menor do que aqui o Juazeiro e a gente chega lá e o administrador perguntava descaradamente: "(...)tem recursos para isso?", Ah (...), para por aí. A gente estava comentando com a companheira, de que as decepções que a gente tem, né? A gente que entra nessa luta para defender o meio ambiente, quando começa a entrar o interesse político e financeiro, deságua um bocado de coisa, mas a gente como ambientalista e defensor de uma causa, a gente tem que deixar por menos. Não pode deixar de dar nossa opinião, às vezes até contrária, uma a outra, mas tem que escutar e a gente crescer, principalmente evoluir. Vai levar muito tempo, mas eu não me iludo de uma coisa, nós estamos aqui (...), não é para outra coisa não, é para nós evoluirmos (...) e tudo isso passa por esses conflitos, eu penso de uma forma e você pensa, a gente tem que respeitar (...), mas a resposta, eu resumo nesse ponto, falta de interesse político, que por trás, vem o financeiro também."

Entrevista 6 - Entrevistado F (assento governamental)

"(...) É minha percepção de que, o porquê não ocorreu. Pode resumir-se a questão política, acho que não existe uma preocupação das políticas, de gestores de implementar políticas voltadas diretamente para essa questão de políticas públicas que envolvam toda a população, isso é controle social, guerendo ou não. Então, eu acho que, especificamente se tratando da Agenda 21, e está relacionada diretamente com os conselhos, com a mobilização de vários seguimentos, acho que a questão política conta muito, porque precisa ser importante para o gestor e consequentemente ele vai estar priorizando isso como política pública. (...), se manifestou sim, e por diversos momentos (...) Eles tinham interesses, mas assim, os interesses públicos eles tem que ser coletivos, eles não tem que ser individuais. Todos tem que ter interesse, não apenas uma pessoa ou outra. Eu acho que, havia pessoas que tinham interesses, sempre houve e sempre vai haver, agora é preciso que todos tenham o mesmo pensamento. Que aí, é quando é uma ação conjunta facilita a questão de convites, de chamar, de fazer mobilizações sociais e as pessoas aceitarem e quererem participar, porque as pessoas precisam se sentirem parte daquilo para participar. E quando não se sente não vêm, não adianta. Então, isso é gestão. (...), havia convocação, não havia o comparecimento. Eu acompanhei na gestão anterior, um ano e dois meses, (...), houve convocações, sempre houve, agora as instituições é que não compareciam e aí, aquela coisa, tem que substituir membros. Então, assim sempre tinha mas nunca dava o suficiente para ter o coro(...) que é 50% mais um, eu acredito que seja dessa forma, mas aí o regimento diz o que é mínimo. Mas havia convocação sim, agora as instituições, é aquilo que eu sempre digo aqui (...), que as pessoas tem que entender que quem faz as instituições são pessoas, se elas não tiverem o interesse... Não vai funcionar... Eram convocados, eram convidados, agora não compareciam. E aí, também tem aquela questão de, eu acho que nunca houve e precisa ter um diálogo sobre isso é que as pessoas entendam a importância que tem um espaço desse. Acho que, quando os conselheiros, os membros tiverem essa ciência, essa noção, as instituições, consequentemente os conselheiros, aí muita coisa vai mudar."

Entrevista 7 - Entrevistado G (assento governamental)

"Eu acredito que infelizmente, inicialmente a Agenda 21 não saiu em forma de lei, e isso nos deixou vulneráveis para que o governo municipal pudesse fazer essa implementação, que deveria partir das lideranças públicas mesmo, do poder executivo mesmo. E relativo ao conselho, Conselho de Defesa do Meio Ambiente eu já participo a algum tempinho aí, dois anos, três anos, acho que até guatro anos mesmo. E a gente percebe, que inicialmente a gente começa com todo gás, com alguns debates e as discussões, mas infelizmente por muito tempo isso foi morrendo, inclusive, assim, eu não me recordo de nenhuma iniciativa para Agenda 21, posso até estar errada, mas na minha cabeça eu não participei de nenhum debate maior de Agenda 21. (...), eu procurei lá, alguns colegas (...) e eles disseram que estava sendo formada uma comissão, mas que não andou, e eu realmente não tomei conhecimento de nada da Agenda 21. O conselho tem momentos que ele funciona legal e tem momentos que ele morre e a gente não é mais contactado e dá um espaço de três, seis meses e depois a gente é chamado. Agora, nós estamos em uma situação de votar algumas ações mesmo, né?!? Liberar algumas ações mesmo, da secretaria, das ações do governo em relação ao meio ambiente. Eu pessoalmente, acho um tanto delicado porque às vezes a gente não está no processo por inteiro e você aprova algo que na realidade você não é responsável mais por todo aquele processo, não é? Então, isso me deixa muito preocupado, e que isso pode ser também apenas uma fase. Agora mesmo, eu acho que se nós pudéssemos ter um lado positivo, agora, pelo menos nós estamos sendo colocados para deliberar, para aprovar e está se formando aí as câmaras técnicas para se ter estudo, mas assim, eu acho um pouco delicado, porque às vezes a gente não consegue reverter o que realmente a gente acredita, o que a gente defende. Então as vezes... Eu não sei como que isso vai continuar se processando, está muito no início e aí eu já não sei. Eu lamento assim, com relação à Agenda 21, porque eu não percebo, lamento por Juazeiro por ser um Município grande e nós não termos essa Agenda 21 já formatada, porque a Agenda 21, ela é um documento importante para área ambiental e para o planejamento do município e ele não ocorre e a gente tem Campos Sales com uma Agenda bem mais simples, mas ensaiou e fez, né? Sobral tem uma agenda organizada, não sei em que pé mais está, mas já faz mais um tempinho que foi feita, não sei se foi atualizada, porque a Agenda 21 deve ser

dinâmica. Mas a gente espera aí, que Juazeiro adquira uma força maior e possa construir sua Agenda 21."

Entrevista 8 - Entrevistado H (assento não governamental)

"Eu participei como membro do conselho municipal do meio ambiente e terminei pedindo a substituição, porque a gente vê que falta interesse político para que o conselho possa funcionar na sua plenitude e também não só colocando aí a vontade política, relacionada à político, os membros também terminam assumindo as suas funções de conselheiros e terminam não participando ou quando, participando também dessas reuniões pouco contribuindo, né? Nos quase dois anos que eu fui conselheiro, a gente vê que pouca gente participa das discussões, muita gente vai simplesmente assinar uma ata, até para justificar o motivo por ter saído de suas funções e eu particularmente credito a não implementação da Agenda 21, exatamente a essa falta de compromisso da sociedade com as discussões relacionada ao meio ambiente. A gente terminou pedindo a saída, exatamente por isso, porque termina a gente, produzindo muito pouco, se ocupando com uma coisa cujo resultado é quase nulo."

Entrevista 9 - Entrevistado I (assento não governamental)

"Eu acho que foi um erro da gestão, né? Que na época estava aí, que não implantou a Agenda 21, porque, eu não entendo muito o que é, mas depois eu comecei a estudar o que era Agenda 21 e sei que é uma coisa muito importante para a mãe natureza, para o meio ambiente. Eu acho que na época, como (...) o secretário de meio ambiente, (...) tentou implantar essa Agenda 21 e depois parou, não deu certo. Mas eu acho que, uma cidade como Juazeiro, ela tem que ter Agenda 21, ela é obrigada a ter, não é não ter não, ela é obrigada a ter Agenda 21, porque eu acho que tudo que é bom para a natureza, que é bom para o meio ambiente, essa Agenda 21, ela é importante demais para isso, e eu acho que é por isso tem que ser implantada, sabe? Ela vai ser obrigada a implantar aqui em Juazeiro. A gente vê o que estão fazendo aí aquele asfalto, lá perto do Parque Ecológico, que ali, aquilo foi um crime. Um crime ambiental. E outros, e outros que

tem por aí. Então, se não implantar essa Agenda 21 aqui em Juazeiro, então fica meio ruim para nós. (...) agora porque não houve, eu acho que, na época eu não era conselheiro ainda, eu não estava no conselho, né? (...), mas a gente acompanhava sempre as reuniões como ouvinte, agente sempre ia, queria, mas eu acho que foi um erro, não sei de quem é, mas foi um erro não ter implantado essa Agenda 21, que era para ter sido implantado. Já era para ter sido implantado a muito tempo. O que eu penso é isso aí, (...), mas eu acho que poderia se fazer a implantação da Agenda. Eu acho que foi falta de interesse do poder público, dos homens que estavam na lei, na época aí. Eu acho que foi falta disso aí, eles não ligam para isso, porque talvez isso não dê voto, né?!? Mas isso é uma coisa tão importante. Eu acho que foi por isso que não deu certo a Agenda 21... Mas tem que ser implantada! É obrigada ser implantada aqui em Juazeiro. O que eu sei falar é isso aí."

Entrevista 10 - Entrevistado J (assento governamental)

"Bem, o que eu tenho a dizer sobre essa questão, é que muito contra (...) vontade, a (...) equipe que movia essas ações do COMDEMA, elas foram, digamos 'sequestradas', né? (...) Então, a partir desse momento, (...) dificuldade muito grande em gerenciar as ações do COMDEMA, sendo de modo especial as reuniões. Fora isso, tivemos um problema gravíssimo, que isso aí foi a gota d'água, além dessa dificuldade de ter essas duas pessoas (...), que foram remanejadas, sem nenhuma comunicação prévia. Tivemos a questão do asfaltamento, ali no entorno do Parque Ecológico, que antecipadamente nas reuniões, nas últimas reuniões, já se ventilava a ideia de asfaltar o entorno do Parque Ecológico. E o COMDEMA já estava pronto para dizer não. O que aconteceu? De uma hora para outra, máquinas e homens, saíram asfaltando sem avaliação do COMDEMA, sem nenhum parecer, sem nenhuma satisfação em si. Então, isso trouxe indignação para todos que estavam compondo o COMDEMA. E a partir daí, já disseram claramente que não participariam das reuniões. E essas ações do prefeito, foram feitas de uma forma abrupta e todos perderam o entusiasmo e a credibilidade que tinham junto a Prefeitura Municipal. E é como eu disse, (...) o COMDEMA mais uma vez veio de água abaixo. A questão da Agenda 21 era algo que estávamos conversando, fazendo planejamento, para que pudéssemos mover esta ação. Mas, infelizmente, sem pessoas adequadas não tivemos a menor condição de dar continuidade, (...) foi aí onde o COMDEMA veio a falência, né? Devido a uma ação impensada do Prefeito, infelizmente parou por aí."

Entrevista 11 - Entrevistado K (assento governamental)

"Eu não diria especificamente em relação só a Agenda 21, mas em todos os aspectos que são discutidos nos conselhos, a exemplo do que é discutido no COMDEMA, no qual participei de algumas reuniões. Eu entendo, que muito do que é discutido nos conselhos, se tem uma discussão até de elevado nível, mas, muito do que é decidido dentro dos conselhos não é levado em consideração, muitas vezes, pelas administrações, não digo somente no município de Juazeiro, mas eu diria que em grande parte dos municípios do Brasil. De forma que, apesar de reconhecer a importância democrática dos conselhos, e de ser importante a participação da sociedade dentro dos conselhos para tentar mudá-los, mas, da forma que os conselhos estão, o que é decidido, muitas vezes não é respeitado pela municipalidade, os dirigentes. Até porque ele não tem caráter deliberativo, eu diria que às vezes tenho até receio de participar de determinadas reuniões quando muitas vezes, posso até estar enganado no que eu estou dizendo, quando muitas vezes parece que em alguns conselhos, em algumas reuniões tem sido utilizado apenas para legitimar determinadas posições e eu até diria que, já estariam tomadas antes da eventual decisão do Conselho. Então, eu acho isso ruim, porque desestimula algumas pessoas a participarem, principalmente aquelas pessoas que não tem vinculo, que não tem nenhuma ligação política, aquelas pessoas que tem apenas o interesse da melhoria das condições, sejam ambientais ou outros aspectos relacionados a um determinado município. Até porque grande parte das pessoas que participam ali, principalmente aqueles que representam instituições, pela experiência que eu tive em participar, não estão ali para defender aspectos políticos de A ou de B, mas, de uma maneira geral estão ali para defender o que acha, naquele momento, que é melhor para o desenvolvimento, eu diria um desenvolvimento sustentável do Município. De forma que, se os conselhos tivessem, mesmo que eles não fossem deliberativos, mas se houvesse um respeito, eu diria que a palavra fosse essa, um respeito maior pelas decisões que são tomadas pelos conselhos, talvez tanto a Agenda 21 como outros aspectos, relacionados ao Meio Ambiente, tivessem sido implementados, eu diria de forma muito mais rápida, dentro da Região Metropolitana do Cariri ou em outros Municípios do Estado do Ceará e no Brasil."

Entrevista 12 - Entrevistado L (assento governamental)

"(...) Descompromisso, desconhecimento e incompetência. Não tenho outra adjetivação para lhe fazer. Apesar de entender que a Agenda 21, ela é muito complexa, ela está sendo questionada no mundo todo, nem todos os países fizeram a Agenda 21, aqueles que tentaram fazer abandonaram. No Brasil, o histórico da Agenda 21 não é bom, eu já li artigos sobre isso, entendeu?! Que infelizmente não deu certo. Você me pergunta: você é favorável a Agenda 21? Lógico que sou. Não deu certo por causa da concepção. A concepção do mundo hoje é desenvolvimentista! É quanto cresce o PIB! É quanto de emprego se dá! É quanto de produção se faz! Com base nesses termos, no espírito desenvolvimentista, neocapitalista, entendeu? Nós não vamos ter um ambiente promissor para as gerações futuras! Então, isso é uma questão mundial, também. Essa questão da Agenda 21, ela é muito complexa, porque não adianta apenas o município fazer, porque ela mexe com mudanças de hábitos, com projetos, com infraestrutura, com mudança de mentalidade, com ações governamentais, com intervenções do poder público, com contrariação de interesses poderosíssimos! Então, a Agenda 21, ela está inclusa dentro de um projeto maior, aonde tem que ser puxada pelo Executivo Federal, que é quem puxa os demais entes administrativos. No meu entender houve um ensaio teórico, mas não houve um ensaio prático! Basta ver, na base dos seus projetos, o que foi que aconteceu. Um exemplo claro, eu apoio a presidente Dilma, apoio o presidente Lula, (...), mas em matérias ambientais foi um desastre. Apesar do Brasil pousar para o mundo, mas o que nós vemos, hoje, na realidade prática é o IBAMA que é um órgão que tem substância, que tem história dentro do Brasil, acabado, o órgão está sucateado. (...) A Agenda 21, (...) não adianta apenas envolver Conselho, envolver Secretaria, ela é como se houvesse e tivesse que fazer uma revolução nos hábitos e na forma de crescimento do país. Tudo isso que falei para você cabe dentro da Agenda 21. Por isso, que a Agenda 21 não prosperou,

porque vai contra todos os interesses que se possa imaginar. Ela, teoricamente, é uma maravilha, você pode discutir, consolidar, mas na realidade prática ela não se implantou em função desses interesses, que lá na base, está a Política Desenvolvimentista. Então, para implantar a Agenda 21 na cidade de forma teórica sem mudar o sistema, é praticamente impossível se implantar. Tem muito município que bate no peito, diz que fez a Agenda 21, mas se você fizer uma pesquisa e for ver na base teórica, na base prática, então, apenas discutiu, foi feito, as pessoas vieram, fizeram movimentos, fizeram fóruns, fizeram tudo, balançaram a cidade, trouxeram ministros e não sei o que mais, mas o arcabouço de ordenamento jurídico é o mesmo, os costumes são os mesmos, a mentalidade é a mesma. Por isso que não se prosperou a Agenda 21 no Brasil. E o Brasil é um dos que avançou, tem nações agui na América Latina que nem ousaram implementar. E no mundo, os nossos irmãos ianques lá do norte, é um dos que na realidade prática combatem indiretamente os países subdesenvolvidos, e o pior apontam com o dedo em riste, dizendo que nós não sabemos cuidar das nossas florestas, quando eles acabaram com a deles. Então, nós sabemos cuidar do que é nosso, tá? Eles que não souberam cuidar do que é deles, querem vim apontar o dedo em riste pra cá, visando o que? A nossa biodiversidade. E a biopirataria tem tomado de conta. Países inteiros como Japão e como a França tem um PIB extraordinário em função das patentes que conseguem com o que é produzido nosso aqui. Mais da metade dos medicamentos do mundo são brasileiros, porém patenteados por japoneses, franceses, alemães, ingleses e americanos. Ao ponto de essas substâncias, dos princípios ativos virarem patentes e nós temos que pagar royalties por essas patentes. Até isso precisa modificar, tem que ter uma política para isso. O Brasil já avançou muito nesta questão da biopirataria, a ABIN tem trabalhado com relação a isso. Mas é muito grave. Vez por outra você vê que tem ONGs que estouram, ONGs lá na Amazônia que falam inglês outras falam alemão, mas não reconhecem o Brasil como nação. Então, tem muita gente que tem interesse. (...) É lógico que devemos respeitar a diversidade. Mas não podemos deixar que interesses superiores se apossem dessas "Nações", não sobre o pretexto de proteger a língua e a cultura do povo, mas de proteger algumas das riquezas mais importantes que nós temos no subsolo, dentre elas uma substância chamada nióbio, que é um minério que só tem... O Brasil tem 98% da reserva e que serve para construir foguetes e aviões de mundo aí afora. Então, além do ouro, além do cobre, na Amazônia, essas

discussões da Raposa do sol, dessas demarcações que existem por aí, o que está por trás disso é essa riqueza, é o petróleo, muito petróleo, muito ouro, muita prata, tá?! E o que está por trás é isso ai. Sempre, o que está por trás é a riqueza de espécies. Essa é a verdadeira percepção de tudo que já li, de tudo que já participei. É o que eu tenho hoje, do que acho que está por trás de tudo é exatamente essa questão dos interesses econômicos e não dos interesses ambientais, mas dos interesses econômicos. Me assusto muito quando dizem para a gente, e eu faço aqui como o Ministro Cristóvão Buarque, né?! Que eles falavam em internacionalizar a Amazônia como patrimônio do mundo, e ele disse tudo bem, nós internacionalizamos a Amazônia, mas nós também vamos internacionalizar o petróleo, vamos internacionalizar uma série de coisas que são patrimônios também da humanidade. Então, internacionalizar apenas para definir interesses, é uma coisa, e internacionalizar para defender universalmente a natureza, é outra história. É isso que penso."

Entrevista 13 – Entrevistado M (assento governamental)

"Eu acredito que a paralisação, ou seja, o não andamento da agenda 21, no meu ponto de vista, feri ou feriu alguns interesses, onde se tomavam algumas decisões no colegiado e essas decisões não eram postas em práticas, ou seja, as decisões que a gente tomava lá, eram tomadas outras atitudes, que não a do colegiado. Eu acredito que aí, deu essa esfriada, porque a Agenda 21 teve de vento em polpa, mas ela deu uma esfriada muito grande. (...)Eu não poderia, eu não gostaria de afirmar, eu não tenho tanta certeza, mas, é como eu frisei, estava ferindo interesses e muitas vezes também você já ia para uma reunião dessas, onde, eu não diria "cartas marcadas", mas você já levava o resultado que você queria, onde o conselho decidia uma coisa, e, eu acredito que maquiado, eu não sei, se mudava para o interesse que não era aquilo que a Agenda 21 propunha, certo? Que o próprio conselho da Agenda 21 propunha. Então, era como se fosse uma coisa que eu já levava o resultado e que ali, aquela reunião era só o referendo do que eu já levava e não uma votação, e não uma discussão do que queríamos, a Agenda 21 do bem no município. Essa é a minha percepção."